

BRUNA ALBUQUERQUE



GUIA ESG

PORQUE E COMO APLICAR

2024



BRUNA ALBUQUERQUE
MARÍLIA REGINA COSTA CASTRO LYRA
MARIA TEREZA DUARTE DUTRA

Guia fruto da dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, para qualificação como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
Linha de Pesquisa: Gestão para Sustentabilidade

Autora:

Bruna Albuquerque de S. M.

Coautoras:

Marília Regina Costa Castro Lyra
Maria Tereza Duarte Dutra

1. Mensuração. 2. Indicadores. 3. Sustentabilidade Empresarial

M828g Morais, Bruna Albuquerque de Sousa.
Guia ESG : Porque e como aplicar. / Bruna Albuquerque de Sousa
Moaris ; colaboração de Marília Regina Costa Castro Lyra , Maria Tereza Duarte
Dutra ; – Recife, PE: A autora, 2024.
107 f.: color. ; il. ; Guia .

Inclui referências.
Produto Educacional.

1.Educação Ambiental. 2. Sustentabilidade Ambiental. 3. Agenda 2030. 4. ESG
I. Lyra, Marília Regina Costa Castro. II. Dutra, Maria Tereza Duarte. III. Título.

658.408 CDD (22 Ed.)

Catálogo na fonte
Bibliotecária Amanda Tavares CRB4-1751



Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de ensino e pesquisa desde que citada a fonte. Este Catálogo está licenciado com uma Licença *Creative Commons* - Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros, poeta brasileiro.

PREFÁCIO

Este guia é fruto de um aprofundado estudo sobre o termo ESG, suas origens sociais, seu histórico e das suas metodologias, aqui compilamos os principais conhecimentos e apresentamos na forma de um guia descomplicado que permita que qualquer pessoa possa alcançar a compreensão do tema.

O GUIA DE APLICAÇÃO ESG se propõe a ser um compilado de todos os levantamentos da pesquisa realizada para a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Pernambuco, e tem a pretensão de promover o letramento para o manuseio das técnicas de mensuração socioambiental.

O guia irá fornecer exemplos práticos e ferramentas de aplicação, capacitando o leitor a analisar e implementar as ferramentas de gestão ESG de forma autônoma.

LISTA DE SIGLAS

CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i> (Projeto de Divulgação de Carbono)
CDSB	<i>Climate Disclosure Standards Board</i> (Conselho de Padrões de Divulgação Climática)
COP	<i>Conference of the Parties</i> (Conferência das Partes)
CS3D	<i>Corporate Sustainability Due Diligence Directive</i> (Diretiva de Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa)
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i> (Responsabilidade Social Corporativa)
CSRD	<i>Corporate Sustainability Reporting Directive</i> (Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa - União Europeia)
EIA	<i>Environmental Impact Assessment</i> (Avaliação de Impacto Ambiental)
EIRIS	<i>Ethical Investment Research Services</i> (Serviços de Pesquisa de Investimento Ético)
ESG	Ambiental, Social e Governança
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i> (Ambiental, Social e Governança)
EU	<i>European Union</i> (União Europeia)
GEE	<i>Greenhouse Gas Emissions</i> (Emissões de Gases de Efeito Estufa)
GHG	<i>Greenhouse Gas Protocol</i> (Protocolo de Gases de Efeito Estufa)
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i> (Iniciativa Global de Relatórios)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i> (Conselho Internacional de Relato Integrado)
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
IR	<i>Integrated Reporting</i> (Relato Integrado)
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Padronização)
KLD	<i>Kinder, Lydenberg, Domini & Co</i>
KPI	<i>Key Performance Indicators</i> (Indicadores-Chave de Desempenho)
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i> (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
MSCI	<i>Morgan Stanley Capital International</i>
NDC	<i>Nationally Determined Contribution</i> (Contribuição Nacionalmente Determinada)

NFRD *Non-Financial Reporting Directive* (Diretiva de Relato Não Financeiro)

NPS *Net Promoter Score* (Pontuação Líquida do Promotor)

NVS Norma Voluntária de Sustentabilidade

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: placa indicando a segregação por cor - <i>Apartheid</i>	13
Figura 2: manifestantes pelo fim do Apartheid.....	14
Figura 3: Manifestantes contra a guerra do Vietnã.....	15
Figura 4: Manifestantes contra a ditadura militar no Brasil	16
Figura 5: Logomarca PRI	21
Figura 6: Logomarca da B3	22
Figura 7 – New York Times sobre Rachel Carson	23
Figura 8 – Projeção original do modelo de limites ao crescimento examinaram a relação de uma população crescente com recursos e poluição.....	25
Figura 9 – Linha do tempo das agendas globais da ONU	27
Figura 10 – Os 17 Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável.....	28
Figura 11 – Jovens ativistas por justiça climática na Conferência Estocolmo+50	29
Figura 12 – O tripé da sustentabilidade.....	31
Figura 13: Gráfico ESG - 2004-2024	34
Figura 14: Eixos ISE.....	41
Figura 15: Metodologia S.M.A.R.T.....	43
Figura 16: Linha do tempo das agendas globais da ONU	48
Figura 17: Quadro com os 17 ODS	50
Figura 18: Ilustração com a interação entre ESG e os ODS.....	51
Figura 19: Integração dos eixos ESG.....	57
Figura 20: Visão sistêmica da organização para a sustentabilidade	58
Figura 21: temas sugeridos pela ABNT PR 2030.....	59
Figura 22: Ciclo PDCA.....	61
Figura 23: Pessoas e Planeta no Centro do Modelo de Stakeholder Global.....	63
Figura 24: Análise de Aspectos e Impactos.....	64
Figura 25: Análise de Ciclo de Vida do Produto (ACV).....	65
Figura 26: Fluxograma da análise de materialidade	71
Figura 27: questões universais de sustentabilidade SASB	75
Figura 28– Indicadores do Relatório “Uma economia para os 99%”	80
Figura 29: Etapas para a implementação da Agenda ESG	83
Figura 30: Estágios de maturidade ESG	85
Figura 31: Fluxo metodológico Avaliação de Impactos ESG	86

Figura 32: Modelagem por camadas.....	88
Figura 33: Mandala ESG	91
Figura 34: Gráfico Matriz de Dupla Materialidade	94
Figura 35: Matriz de Priorização de Temas ESG	96
Figura 36: Matriz de Dupla Materialidade.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Problemas no Mundo	20
Quadro 2: indicadores avaliados pelo ISE	40
Quadro 3: Quadro exemplificativo de indicadores no eixo ambiental	44
Quadro 4: Quadro exemplificativo de indicadores do eixo social	45
Quadro 5: Quadro exemplificativo de indicadores do eixo governança	46
Quadro 6: Expectativas e Necessidades das Partes Interessadas	62
Quadro 7: Quadro exemplificativo do levantamento impactos	66
Quadro 8: Aspectos e Impactos	67
Quadro 9: Requisitos da Norma GRI 2 – Conteúdos Gerais	70
Quadro 10: Requisitos na norma GRI 3 – Temas Materiais	72
Quadro 11: Padrões Universais SASB	75
Quadro 12: Estágios de Maturidade ESG	84
Quadro 13: Eixos, temas, práticas e indicadores ESG	91
Quadro 14: Indicadores KPI + ESG + ODS	98
Quadro 15: Quadro exemplificativo do preenchimento da ferramenta de planejamento das ações ESG	99
Quadro 16: Aspectos x Impactos	101
Quadro 17: Riscos e Objetivos	101
Quadro 18: Mapa de Partes Interessadas	102
Quadro 19: Definindo Indicadores	103
Quadro 20: Metas	103
Quadro 21: Ferramenta para compreensão dos ODS	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2. HISTÓRIA DA SIGLA	12
2.1 A ASCENSÃO DO PENSAMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO	23
2.1 A INTERDEPENDÊNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA	29
3 O QUE É ESG?.....	33
2.1 O que não é ESG.....	34
2.2 Benefícios da implementação da Agenda ESG	36
2.3 Riscos ESG	37
2.4 O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3	39
2.5 Definindo os indicadores ESG.....	42
2.5.1 Ambiental (E)	44
2.5.2 Social (S).....	45
2.5.3 Governança (G).....	46
2.6 Sinergia entre a Agenda 2030 e a Agenda ESG	47
2.7 Normas, metodologias de aplicação ESG e <i>frameworks</i>	52
2.7.1 ABNT PR 2030.....	53
2.7.2 ISO 14.001/2015	60
2.7.3 Global Reporting Initiative	68
2.7.4 Sustainability Accounting Standards Board - SASB.....	73
4. Por que implementar a Agenda ESG?	78
4.1 A múltipla crise ambiental e o seu viés econômico	79
5. Como aplicar a Gestão ESG?	82
5.1 Avaliação do grau de maturidade ESG.....	83
5.2 Diagnóstico de Impacto ESG.....	86
5.3 Indicadores e métricas.....	89
5.4 Matriz de Materialidade	93
5.5 Ferramentas práticas	101
7. Referências.....	106

1 INTRODUÇÃO

Fortemente influenciada pela experiência na bolsa de valores, o ESG irá corresponder à *Environmental, Social and Governance* no inglês, que em tradução livre significa Ambiental, Social e Governança, e faz menção à gestão da sustentabilidade empresarial holística e voltada à gestão dos impactos mais significativos.

O tema está atualmente em ascensão, as maiores carteiras de investimento do mundo já possuem nos seus portfólios a divulgação das mensurações ESG para que os investidores avaliem e escolham onde investir a partir da qualificação do risco com base em critérios socioambientais. A lógica é que se as questões ambientais, sociais e de governança são capazes de influir no desempenho financeiro, alterando a segurança do investimento, devem ser mensuradas e divulgadas.

Atualmente, a agenda ESG ultrapassou o limiar das empresas de capital aberto do mercado financeiro e é um elemento determinante para o futuro dos negócios em um planeta que demanda cada vez mais por responsabilidade em relação aos limites planetários e ao direito a um meio ambiente equilibrado.

Não à toa, é um dos temas mais relevantes para a sustentabilidade empresarial nos tempos atuais, tendo em vista os benefícios, inclusive financeiro, das empresas com elevadas práticas de gestão ESG, se tornando investimentos mais responsáveis e seguros.

O fenômeno da ascensão da temática ESG é um fato marcante dos nossos tempos, a metodologia importada da bolsa de valores, onde reporte do desempenho das empresas em indicadores ultrapassam o monitoramento financeiro, são assim divididos em três eixos que geram a famosa sigla em inglês: o ambiental, o social e o da governança.

O mundo como conhecemos precisa mudar, o desenfreado ritmo assumido pelo capitalismo após a segunda guerra mundial, está trazendo um enorme risco à humanidade, a sua extinção, se continuarmos a explorar neste ritmo, veremos rapidamente o sistema humano ruir pelas graves consequências da múltipla crise.

Necessidades básicas como água limpa, moradia segura, bem-estar e outras premissas básicas à dignidade humana não estão sendo endereçadas de forma global, em um sistema capitalista, tais necessidades se tornam produtos ou serviços com acesso apenas àqueles que detém o capital.

O termo economia, provém do grego *oikos*, e *nomos* que significa a gestão ou o controle da casa, uma ideia de governança compartilhada para que os recursos existam para

todos, considerando assim o Planeta Terra como a nossa casa em comum (Economia, 2024).

Neste cenário, emerge o dever de prestar contas das empresas à sociedade, poluir indiscriminadamente, ou até mesmo causar um dano social ou ambiental, pode levar um negócio lucrativo, a enfrentar da noite para o dia, problemas decorrentes da perda do valor da companhia por condutas nocivas à sociedade.

Se a economia se dedica a gerir os recursos escassos para o bem-estar coletivo, neste ponto então falhamos, visto o agravamento da múltipla crise que têm reforçado a desigualdade e o fracasso dos sistemas humanos em garantir as necessidades básicas para todos.

Assim, monitorar indicadores para além dos financeiros se torna mais que necessário, se torna mandatário, afinal de contas se trata sobre proteger o negócio de possíveis riscos socioambientais e danos de imagem permanentes, assim como pode criar uma consciência dos impactos negativos, trazendo a possibilidade de gerar impactos positivos, garantindo-lhe um bom exercício da função socioambiental das empresas.

Alguns princípios e elementos são basilares para uma boa e efetiva aplicação da gestão ESG voltado à redução de riscos, o alcance dos benefícios disponíveis, transparência e divulgação de dados de qualidade e a sustentabilidade através da gestão dos impactos ou riscos.

O primeiro passo para uma efetiva implementação de uma agenda de mensuração de impacto é o letramento, assim, é importante a capacitação sobre o contexto histórico, social e econômico que deu origem ao que atualmente chamamos de ESG (ABNT PR 2030, 2022). A norma brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT PR 2030, por seu caráter de instrução e compilação das metodologias nacionais e internacionais será o fio condutor para a metodologias que aqui propomos.

A partir do levantamento dos fatos históricos, podemos compreender o viés sociopolítico que a agenda possui, regulamentar os investimentos e os seus impactos socioambientais é uma importante ferramenta para inibir que ações nocivas à vida no planeta possam existir e gerar lucro para os seus acionistas através dos recursos financeiros provenientes da sociedade e de ativos que muitas vezes não prestam as devidas contas aos seus investidores.

A experiência na bolsa de valores, nos permite, por amostragem, identificar quais os benefícios e fenômenos que ocorrem com as empresas que possuem avançadas práticas de sustentabilidade empresarial, em especial a capacidade de reportar indicadores ESG para os seus investidores.

O respaldo que a temática possui nas agendas de governança global, a exemplo do compilado conhecido como Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, que,

conforme demonstrado, possui plena sinergia com a mensuração de indicadores ESG, mais que sinergia, consiste em uma verdadeira Agenda ESG voltada para as nações do mundo.

E por consequência o aprendizado sobre a importância das normas técnicas e da padronização para promover a segurança e a estabilidade no mundo dos negócios, onde as responsabilidades e obrigações podem ser comparadas e metrificadas por qualquer empresa do mundo.

O presente estudo irá nos guiar através do percurso histórico do tema, através de sua relevância e reunirá a literatura mais relevante para, a partir das metodologias clássicas, construir formas metodológicas inovadoras de implementar a mensuração através dos indicadores ESG.

2. HISTÓRIA DA SIGLA

Os anos 70 foram marcados por grandes transformações sociais, o mundo vivia a guerra fria (1947-1991), o Apartheid (1948-1994), a guerra do Vietnã (1955-1975) e no Brasil a ditadura militar em seus anos de chumbo (1964-1985) (FERREIRA, 2022), “em retrospectiva, meados da década de 1970 parece ser o ponto alto daquilo que se poderia chamar a crise do Ocidente” (LEFFLER, 2010).

A Guerra Fria foi um conflito político entre os Estados Unidos e a Rússia que dominou o cenário internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, de aproximadamente 1947 até 1991. A oposição das duas superpotências: os Estados Unidos, liderando o bloco capitalista, e a União Soviética, à frente do bloco comunista. Embora não tenha havido um confronto militar direto entre os dois países, o conflito se manifestou em uma série de guerras indiretas, como a do Vietnã, corrida armamentista, espionagem e uma intensa disputa pela influência global (LEFFLER, 2010).

O Apartheid foi um sistema político da extrema direita na África do Sul baseado em segregação por cor e ocorreu entre os anos de 1948 a 1994, o Partido Nacional simpatizante do regime nazista alemão, liderados por Daniel Malan venceram as eleições com o argumento do *swart gevaar* ou perigo negro, sua plataforma ficou conhecida como *Apartheid* ou segregação em africânder, que tornada legal a segregação baseado na crença de que os brancos seriam superiores aos pretos, mestiços e indianos (MANDELA, 2008).

Figura 1: placa indicando a segregação por cor - *Apartheid*.



Fonte: TODO ESTUDO, 2008.

Assim começam os movimentos contrários às opressões esmagadoras que se abatiam sobre a sociedade, protestos, pressões econômicas e a desobediência civil. Para a compreensão do ESG, o tema dos investimentos conscientes será o mais relevante e está diretamente ligado à estratégia de pressão econômica dos cidadãos contra os investimentos e a política de segregação e guerra.

Figura 2: manifestantes pelo fim do Apartheid



Fonte: *The General Commission on Archives and History* apud UNITED METHODIST CHURCH.

Os clamores por uma sociedade pacífica ganharam um coro principalmente pelo fim do *Apartheid* e da guerra do Vietnã, conflito armado que durou 20 anos e se estendeu até o ano de 1975, tendo como principal ativista o movimento *hippie* nos estados Unidos (FERREIRA, 2022).

Diversos protestos explodiram ao redor do mundo, a sociedade acuada diante da crescente violência e perda de direitos, adota o caminho do ativismo e da mobilização social para influenciar os dirigentes públicos a cessarem os movimentos de guerra e conflito social. Vejamos o protesto ocorrido contra a guerra do Vietnã abaixo.

Figura 3: Manifestantes contra a guerra do Vietnã.



Fonte: NEW YORKER, 1965.

As cenas se repetiram ao redor do mundo, crise econômica, violência entre nações e a compreensão de que o mundo e as pessoas estavam correndo riscos em sua plena capacidade de bem-viver. O Brasil também vivia neste mesmo período o que ficou conhecido com os anos de chumbo da ditadura militar, ocorrido principalmente entre 1969 e 1970, período posterior à promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), decreto que estabeleceu a censura, a perda de direitos civis e repressão (BRASIL, 2020).

Figura 4: Manifestantes contra a ditadura militar no Brasil



Fonte: FERREIRA, 2022.

A partir da redemocratização, houve um aumento da conscientização sobre questões sociais e ambientais no Brasil. O movimento ambientalista começou a ganhar força, culminando na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro. Este evento trouxe questões ambientais para o primeiro plano do debate público e influenciou a percepção sobre a responsabilidade das empresas e dos governos.

É neste cenário que surge a primeira iniciativa de investimento consciente do mundo, a chamada *World Pax Fund*, constituída em 1971, amplamente reconhecida como a primeira carteira de investimento socialmente responsável dos Estados Unidos. Fundada por Luther Tyson e Jack Corbett, dois metodistas que queriam evitar investimentos em empresas envolvidas na indústria de armas durante a Guerra do Vietnã, o *Pax World Balanced Fund* representou uma abordagem inovadora ao investir de maneira que refletisse valores éticos e sociais (DOMINI, 2021; MSCI, 2023).

A partir da organização de ativistas com o intuito de fazer pressão financeira através da propagação de ideias sobre investimento responsável, recomendando fontes responsáveis de

investimento, mas principalmente não recomendando o investimento naquelas empresas que estariam apoiando ou lucrando com agendas como a guerra.

O fundo foi um dos primeiros a demonstrar que era possível obter retornos financeiros competitivos enquanto se aderiram a princípios éticos. Isso ajudou a estabelecer a viabilidade e a atratividade do investimento socialmente responsável, levando ao desenvolvimento de índices e métricas mais formais para avaliar o desempenho ESG das empresas (DOMINI, 2021; MSCI, 2023).

Considerando os diversos vieses de violência e da demanda da sociedade por investir de forma consciente, é inegável o caráter antirracista da agenda e a sua profunda relação com os ativistas norte-americanos na luta pelo fim do *apartheid*, movimento de segregação racista que durou 46 anos na África do Sul.

A agenda ESG tem suas raízes nas práticas de investimento socialmente responsável (ISR), que começaram a ganhar força nas décadas de 1960 e 1970. Esse movimento inicial foi impulsionado por uma crescente conscientização sobre questões sociais e ambientais, como os direitos civis afrontados pelo *Apartheid*, a Guerra do Vietnã e desastres ambientais, que levaram investidores a considerar o impacto social e ambiental de suas decisões financeiras (DOMINI; LYDENBERG; KINDER, 1992).

Partindo desta lógica inicial de pressão por investimentos conscientes, o Reverendo Leon Sullivan, homem negro, ativista antiapartheid e pastor, desenvolveu um código de condutas socioambientais para empresas se tornarem mais seguras para o investimento, o chamado Princípios de Sullivan (FORNASIER, 2020).

O documento foi publicado em 1977, com os seguintes princípios:

1. Expressar nosso suporte pelos direitos humanos universais, e particularmente, aos empregados, as comunidades que estão envolvidas e outras partes com que se é feito o negócio.
2. Promover oportunidades iguais para os funcionários de todas as hierarquias na companhia com respeito em relação a cor, raça, gênero, idade, etnia ou credo religioso e realizá-lo sem tratamentos inaceitáveis para o trabalhador como a exploração de crianças, punições físicas, abuso à mulher, trabalho forçado involuntário e outras formas de abuso.
3. Respeitar a liberdade voluntária dos empregados de associação
4. Compensar os funcionários para capacitá-los a fim de encontrar ao menos as necessidades básicas e prover oportunidades para melhorar a habilidade e a capacidade para aumentar as oportunidades sociais e econômicas deles.
5. Prover um ambiente de trabalho seguro e sadio; proteger a saúde humana e o meio ambiente; e promover um desenvolvimento sustentável.

6. Promover uma competição justa incluindo respeito aos direitos intelectuais e de propriedade, e não oferecer ou pagar subornos.
7. Trabalhar com governos e comunidades em quais é feito o negócio para melhorar a qualidade de vida nessas comunidades - educação, bem-estar cultural, econômico e social-e procurar prover treinamento e oportunidades para os trabalhadores em condições de desvantagem.

Fonte: GOMES; BERNARDO; BRITO, 2005.

A primeiro serviço de pesquisa e investimentos ESG do mundo foi criado em 1983, onde um grupo de investidores após os escândalos da campanha da ONG *Campaign Against Arm Trade* que expôs a origem dos recursos que financiavam a guerra do Vietnã e o apartheid, o que acabou expondo fundos públicos de pensão, instituições de caridade e grupos religiosos, um escândalo. Assim, no intuito de evitar que os recursos investidos tomassem destinos desconhecidos, foi criada *Ethical Investment Research Services (EIRIS)* ou Serviço de Pesquisa para o Investimento Ético em português livre, no intuito de ajudar e informar e ajudar os investidores sobre como investir de forma responsável (ECCLES, 2018).

A organização oferecia análises detalhadas sobre a performance ética de várias empresas, auxiliando investidores a alinhar seus portfólios de acordo com seus valores morais e éticos. A criação da EIRIS foi um marco na institucionalização dos investimentos éticos, fornecendo ferramentas e informações essenciais para que os investidores pudessem evitar apoiar indústrias ou práticas prejudiciais (ECCLES, 2018).

A agenda ESG tem suas raízes nas práticas de investimento socialmente responsável (ISR), que começaram a ganhar força nas décadas de 1960 e 1970. Esse movimento inicial foi impulsionado por uma crescente conscientização sobre questões sociais e ambientais, como os direitos civis, a Guerra do Vietnã e desastres ambientais, que levaram investidores a considerar o impacto social e ambiental de suas decisões financeiras (DOMINI; LYDENBERG; KINDER, 1992).

A EIRIS até os dias atuais é uma das principais iniciativas de metrificação e divulgação de indicadores de ESG, foi comprada pela VIGEO que nasceu na França em 2002, com forte influência da então Secretaria Geral do Trabalho Nicole Notat, que ampliou o leque de serviço de pesquisa e divulgação para auditoria em empresas, sendo conhecida como VIGEO-EIRIS desde 2005 (ECCLES, 2018).

Morgan Stanley Capital International (MSCI) criada em 1986 trazendo normas para aplicação de indicadores de investimento responsável e se tornou uma das grandes pioneiras,

absorvendo a KLD em 2010, na compra da *RiskMetrics* tornando-se a *MSCI ESG Research Group*, umas das maiores iniciativas do ramo.

Em 1999 a Down Jones começa a operar com a sua carteira ESG, foi o primeiro índice global a rastrear o desempenho financeiro das empresas que se destacam em termos de práticas ambientais, sociais e de governança (S&P Global, 2021).

A primeira carteira de investimento consciente no Brasil foi a amplamente reconhecida Carteira de Ações do Instituto Ethos, lançada em 2000. O Instituto Ethos criou essa carteira como uma forma de incentivar investimentos em empresas que adotam práticas de responsabilidade social e ambiental.

O termo ESG foi estabelecido em 2004, pelo documento produzido pela UNEP FI, produzido em parceria com o Departamento Federal para Assuntos Externos da Suíça chamado *Who Cares Wins*, em tradução livre para o português como “Quem se importa ganha”, onde foi abordado os ganhos verificados nas empresas com elevados níveis de responsabilidade socioambiental (UNEP FI, 2004).

O grupo de trabalho foi formado pelas principais instituições bancárias do mundo, financiado pelo Governo da Suíça e conduzido pelo *Global Compact*, para suprir as crescentes pressões do mercado por um entendimento comum sobre formas de melhorar a integração de aspectos ambientais, aspectos sociais e de governança (ESG) na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários (GLOBAL COMPACT, 2004).

A culminância da publicação, foi o lançamento do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de implementar princípios universais de sustentabilidade nos negócios. Estes princípios estabeleceram a relação entre as questões ESG e as decisões de investimento.

São 10 princípios e estão relacionados à uma abordagem holística da sustentabilidade empresarial, onde são considerados os critérios humanos, trabalhistas, ambientais e de governança, conforme podemos ver a seguir.

Princípios do Pacto Global da ONU

Direitos humanos

Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados internacionalmente dentro da sua esfera de influência.
Princípio 2: certifique-se de que eles não sejam cúmplices de abusos de direitos.

Trabalho

Princípio 3: As empresas devem defender a liberdade de associação e reconhecimento efetivo do direito de barganha coletiva.

Princípio 4: eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório.

Princípio 5: a abolição efetiva do trabalho infantil.

Princípio 6: eliminar a discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Ambiente

Princípio 7: As empresas devem apoiar uma medida preventiva abordagem aos desafios ambientais.

Princípio 8: empreender iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

Princípio 9: incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Anticorrupção

Princípio 10: As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Fonte: GLOBAL COMPACT, 2004.

Uma seleção de questões ESG que impactam o valor da empresa e do investimento foram levantadas pelo relatório em resposta às declarações dos executivos sobre a dificuldade em se estabelecer os critérios ESG mais relevantes para as decisões de investimento, foram descritas como principais barreiras a dificuldade em mensurar os negócios, qualidade e quantidade da informação, competência e habilidade (do setor) e problemas de escopo temporal.

Neste sentido, cuidou também em estabelecer uma lista exemplificativa de problemas com uma ampla gama de impactos nas empresas, vejamos:

Quadro 1: Principais Problemas no Mundo

Problemas ambientais	Problemas sociais	Governança corporativa
Mudanças climáticas e riscos relacionados. A necessidade de reduzir emissões e resíduos tóxicos. Nova regulamentação ampliando os limites da responsabilidade ambiental no que diz respeito a produtos e serviços. Pressão crescente da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e	Saúde e segurança no trabalho. Relações Comunitárias. Questões de direitos humanos na empresa e nos fornecedores/instalações dos empreiteiros. Relações governamentais e comunitárias no contexto de operações em países em desenvolvimento.	Estrutura e responsabilidade do conselho. Práticas contábeis e de divulgação. Estrutura do comitê de auditoria e independência dos auditores. Remuneração executiva. Gestão de questões de corrupção e suborno.

responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado adequadamente. Mercados emergentes para serviços ambientais e produtos ecológicos.	Pressão crescente da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado adequadamente.	
---	---	--

Fonte: UNEP FI, 2005.

Foi o primeiro *framework* com sugestões de indicadores ESG, uma lista preliminar de dez temas que poderiam impactar os negócios e pontos de atenção para mensurar os riscos mais relevantes para serem.

A Organização das Nações Unidas (ONU), lança no mesmo ano, o *Principles of Responsible Investment*, uma série de princípios e políticas sobre responsabilidade socioambiental onde companhias e governos se comprometem como signatárias a levar em conta os indicadores ESG, seu fomento e sua divulgação (Organização das Nações Unidas, 2005).

Figura 5: Logomarca PRI



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2005

Os Princípios de Investimento Responsável, ou PRI, consistem em 6 compromissos que os signatários se comprometem a implementar em suas empresas e governos, conforme vemos a seguir.

Princípio 1: Incorporaremos questões ESG na análise de investimentos e nos processos de tomada de decisão.

Princípio 2: Seremos proprietários ativos e incorporaremos questões ESG em nossas políticas e práticas de propriedade.

Princípio 3: Buscaremos divulgação adequada sobre questões ESG pelas entidades nas quais investimos.

Princípio 4: Promoveremos a aceitação e a implementação dos Princípios no setor de investimentos.

Princípio 5: Trabalharemos juntos para aumentar nossa eficácia na implementação dos Princípios.

Princípio 6: Cada um de nós relatará nossas atividades e progresso em direção à implementação dos Princípios.

Fonte: ONU PRI, 2005.

O PRI foi uma iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do PNUMA e o Pacto Global e forma uma das principais bases de valores da agenda ESG.

Em 2005, No Brasil, a B3, carteira de investimentos da Ibovespa, inaugurou o Índice de Sustentabilidade Empresarial, o ISE, que corresponde à carteira ESG e monitora e reporta os indicadores das empresas e as posiciona conforme o seu desempenho. Foi o maior marco ESG para a economia brasileira (ECCLES, 2018).

Figura 6: Logomarca da B3



Fonte: B3, 2024.

A jornada de surgimento e consolidação do tema, como descrito, perpassa a ascensão do movimento ambientalista no mundo entre os anos 60 e 70, e percorre uma longa jornada através das iniciativas de investimento consciente e do apoio e das iniciativas da Organização das Nações Unidas, até chegar na bolsa de valores e nas agências de avaliação de riscos.

Em resumo, foi esse o movimento do mercado de capitais que criou os princípios fundamentais para promover a responsabilidade social corporativa ESG, em um primeiro momento para aplicar pressão econômica na África do Sul em resposta ao sistema de segregação do *Apartheid*, o que acabou se revelando a grande ferramenta para alavancar as mudanças sociais a partir da percepção de que um negócio que tem suas práticas socioambientais estruturadas e transparentes, serão um investimento muito menos arriscado.

2.1 A ASCENSÃO DO PENSAMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO

A percepção de que os recursos naturais são finitos e que o seu uso incorreto pode representar o fim da humanidade, é relativamente recente, o movimento ambientalista se levantou no mundo no final do século XIX, após a segunda guerra mundial, promovendo importantes mudanças na visão global sobre o meio ambiente.

Naquele tempo, cresciam as preocupações sobre os limites planetários, quando a humanidade começa a temer pelo "fim do mundo", traumatizada pelos efeitos das bombas nucleares e inconformada com o clima de tensão constante gerada pela guerra fria.

Em 1962, é publicado por Carson (1962 *apud* Stoll, 2012) a “Primavera Silenciosa”, que foi o primeiro estudo científico sobre os efeitos nocivos dos pesticidas, os chamados de DDTs, ou Dicloro-Difenil-Tricloroetano, demonstrando que os produtos químicos aplicados nas plantações estavam causando uma "primavera silenciosa" por causa de redução da presença das aves naquela estação do ano, como vemos na Figura 7 a seguir.

Figura 7 – New York Times sobre Rachel Carson.



Fonte: Stoll, 2012.

A matéria do *New York Times*, em tradução livre diz o seguinte, “a primavera silenciosa é agora um verão barulhento, a indústria de pesticidas está rendida ao lançamento de novo livro” (Carson, 1962 *apud* Stoll, 2012, tradução nossa), a matéria segue descrevendo a irritação dos fabricantes de pesticidas e o movimento de consciência ambiental levantado por Carson a partir do seu então recém-lançado escrito, ela é considerada a precursora do movimento ambientalista no mundo.

Em 1968, o empresário italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King, promovem um encontro, onde o principal motivo seria a discussão das condições de vida no planeta, a proposta foi a de reunir e convidar cerca de 20 personalidades para deliberar sobre questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente.

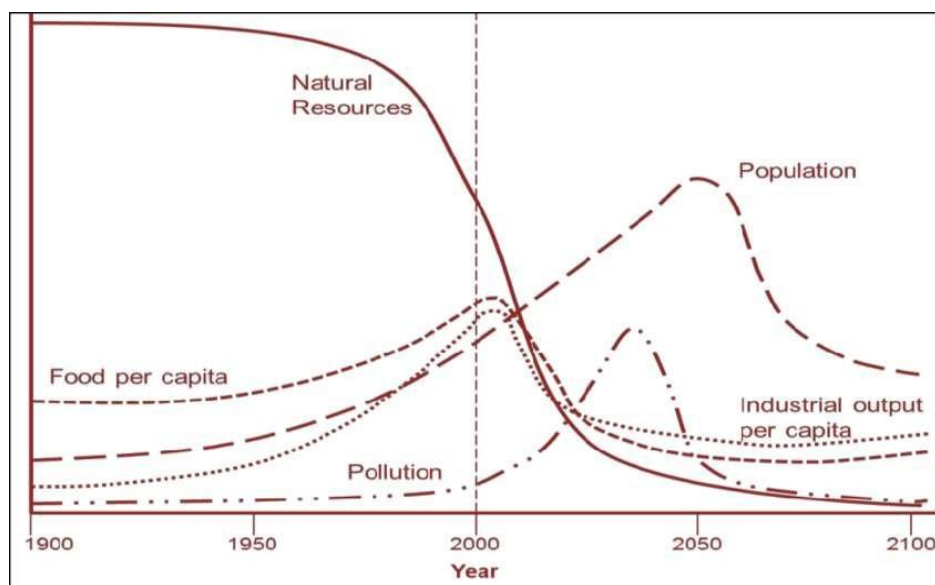
A reunião aconteceu em Roma, daí o nome de Clube de Roma, um dos mais relevantes feitos do grupo foi a encomenda de um estudo científico “Os Limites do Crescimento”.

Foi assim, que o primeiro estudo capaz de demonstrar o iminente colapso do sistema organizacional humano, foi publicado em 1972, chamado de *limits of growth* ou “Os limites para o crescimento”, foi um estudo conduzido por L. D. Meadows, à época pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde desenvolveu um modelo computacional intitulado de “World 3” para relacionar os dados e teorias sobre o crescimento econômico (Mourthé Junior, 2017).

Cinco variáveis foram examinadas no modelo original, assumindo-se que o crescimento exponencial descreve acuradamente seus padrões de crescimento: “i) População mundial, ii) Industrialização per capita, iii) Poluição, iv) Alimentos per capita e v) Recursos naturais” (Yáñez-Arancibia *et al.*, 2013, tradução nossa).

Conforme vemos na imagem a seguir, o estudo da relação entre as cinco variáveis indicou o colapso iminente, nos anos 70, que a humanidade estava se encaminhando com o crescimento da demanda *versus* a biocapacidade em prover todas as necessidades frente à crescente poluição, vejamos na Figura 8 a seguir:

Figura 8 – Projeção original do modelo de limites ao crescimento examinaram a relação de uma população crescente com recursos e poluição.



Fonte: Yáñez-Arancibia *et al.*, 2013.

Conforme vemos, o estudo trouxe ao mundo a venal questão para o paradigma econômico de crescimento a qualquer custo - como manter uma economia crescendo infinitamente em planeta finito?

É nessa conjuntura mundial que a ONU convoca representantes de governo, ativistas, organizações internacionais e especialistas para debater a crescente industrialização no mundo, as consequências trazidas pelas guerras e suas bombas nucleares, dentre outros temas, contou com a presença de 113 países.

O documento-base para a reunião foi o “*Only One Earth: The Care And Maintenance Of A Small Planet*”, de responsabilidade de Barbara Ward e René Dubos, da Organização das Nações Unidas (ONU), que em tradução livre significa “Apenas uma terra: o cuidado e a manutenção de um planeta pequeno, sintetizado por 70 especialistas do mundo, e que levantavam os aspectos socioambientais mais preocupantes como o uso de pesticidas e o crescimento econômico desenfreado, o que em grande parte constitui as conclusões do Relatório do Clube de Roma” (Feitosa, 2013).

Assim, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, o que resultou na declaração de princípios para a defesa ambiental e criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em junho de 1972, também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande

reunião a ONU para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente (United Nations, 1972).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada com os seguintes principais objetivos: Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las, propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido de fazer as mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma maior compreensão dos problemas existentes, auxiliando-os e incentivando-os a uma atuação mais firme (Nações Unidas Brasil, 2020).

Em 1987, a comissão recomendou a adoção de uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável - o Relatório Brundtland (United Nations, 1972).

Foi publicado com o título "Nosso Futuro Comum", documento apresentou a proposta de integrar a questão ambiental no desenvolvimento econômico, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir com a agenda do desenvolvimento sustentável em detrimento do crescimento econômico a qualquer custo (United Nations, 1972).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi uma conciliação importante entre as partes e aponta para a necessidade de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover recursos suficientes para sua subsistência.

A Agenda 21, foi a primeira agenda de objetivos e concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Composta por quarenta capítulos, a Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo onde se admite de forma explícita a responsabilidade dos governos em impulsionar programas e projetos ambientais através de políticas que visam a justiça social e a preservação do meio ambiente. Entretanto, a Agenda pode, e deve ser implementada tanto pelos governos quanto pela sociedade, concretizando o lema da ECO92: “pensar globalmente, agir localmente” (United Nations, 1992, tradução nossa).

Agenda de desenvolvimento sustentável baseia-se no resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, da Cúpula de 2010 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e nos pontos de vista de pessoas em todo o mundo (United Nations, [2012]).

Reconhecendo os sucessos dos ODM, os países concordaram sobre “O futuro que Queremos” – o documento final do Rio+20 – para estabelecer um grupo de trabalho aberto para

elaborar um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para consideração e ação apropriada. Depois de mais de um ano de deliberações consultivas abrangentes e intensivas, o Grupo de Trabalho Aberto propôs 17 objetivos específicos com 169 metas associadas (Movimento Nacional ODS, [2016]).

Podemos perceber a ascensão do pensamento ambientalista e o desenvolvimento das agendas globais pela ONU através da linha do tempo que a seguir colamos:

Figura 9 – Linha do tempo das agendas globais da ONU.



Fonte: Movimento Nacional ODS, [2016].

Como podemos perceber pela figura acima, um longo desenrolar de negociações e tratados internacionais foi construído e havia a necessidade de facilitar o manuseio dos objetivos, por isso, uma pedagogia nova foi utilizada para compilar o que havia sido feito até então.

Assim nasce a agenda 2030 e os seus 17 Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável, que trazem a ótica multifacetada das metas necessárias para se obter o desenvolvimento sustentável, metas que atravessam questões sociais como o combate à fome e à pobreza, chegando até a proteção do ambiente natural e a governança necessária para atingir tais objetivos.

Figura 10 – Os 17 Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Nações Unidas Brasil, c2024.

A Agenda 2030 representa os principais desafios que precisam ser superados para que a humanidade possa evitar o colapso dos sistemas humanos, especialmente nos grandes centros urbanos, adotando como marco o ano de 2030, que não é fixo e deve ser atualizado a novamente com as novas demandas da sociedade.

Assim, por conclusão, podemos compreender que o processo de evolução civilizatório humano está baseado na lógica de exploração e descarte, e que esse modelo linear resulta em um rápido risco de colapso ambiental e por consequência econômico, esta consciência foi adquirida notadamente após a segunda revolução industrial.

Entretanto, ainda não conseguimos subverter a lógica, de crescimento e consumo desenfreado, em contraste às demandas do planeta por mais justiça social, equilíbrio ambiental e desenvolvimento sustentável.

Apesar dos esforços, o conceito da sustentabilidade parece ter perecido ao longo do tempo, em um Planeta à beira do colapso, não há mais o que se falar em desenvolvimento sustentável, precisamos atuar de forma regenerativa e holística nos sistemas naturais, sociais e econômicos.

A compreensão deste conceito é a virada de chave para a busca da tão almejada sustentabilidade corporativa, para nos sustentarmos precisamos agora regenerar.

Na figura abaixo, vemos o movimento ambientalista contemporâneo e os seus contornos, com a notável compreensão de que os desafios relacionados à economia, clima e sociedade estão longe de serem superados, de forma que o ativismo socioambiental foi, é e continua sendo uma das principais ferramentas de conscientização dos líderes e governantes.

Figura 11 – Jovens ativistas por justiça climática na Conferência Estocolmo+50



Fonte: Doretto, 2022.

Existe ainda uma linha de frente, que se torna consciente cada vez mais jovem, nas conferências e Conferência de Partes (COP), entretanto, já não temos mais tempo, precisamos urgentemente levantar a consciência ambiental no mundo de forma universal.

A tomada de consciência com ação por empresas, governos e toda a sociedade da necessidade em se adotar um parâmetro que permita um meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

2.1 A INTERDEPENDÊNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA.

Como podemos perceber, todos os objetivos e tratados internacionais desenvolvidos nas últimas décadas, foram compilados pela ONU em uma abordagem holística e interdependente, onde é reforçado o viés social e econômico do desenvolvimento sustentável.

Reconhecer que questões ambientais estão intrinsecamente ligadas a questões sociais e econômicas é fundamental para qualquer abordagem sobre sustentabilidade. A interdependência desses elementos demanda uma visão abrangente e interseccional. Não é possível tratar dos problemas ambientais sem considerar os impactos sociais e econômicos, assim como as soluções para a desigualdade social e a injustiça econômica precisam incorporar a dimensão ambiental.

O último relatório do IPCC (2023) sobre as mudanças climáticas, já em sua introdução, reconhece a interdependência da crise climática e outros múltiplos fatores, senão vejamos o trecho abaixo transcrito:

Este relatório reconhece a interdependência do clima, dos ecossistemas e da biodiversidade, e das sociedades humanas, valor das diversas formas de conhecimento e as estreitas ligações entre adaptação às alterações climáticas, mitigação, saúde dos ecossistemas, bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável e reflete a crescente diversidade de partes envolvidas na ação climática (IPCC, 2023, p. 3, tradução nossa)

Assim, devemos considerar a interdependência entre economia e meio ambiente humano, principalmente se queremos enfrentar de forma eficiente a múltipla crise do antropoceno, que consiste na era geológica a qual é caracterizada pela atividade humana no Planeta Terra e suas consequências (Crutzen; Graedel, 1986).

A abordagem apropriada para questões complexas e sistêmicas deve ser multidisciplinar e com o enfoque holístico, uma vez que quando se trata de questões sociais, ambientais e econômicas, os fatores serão sempre múltiplos.

O que pode ser chamado de multidisciplinaridade, interdependência ou até mesmo interseccionalidade, que representa o fio condutor que perpassa todas as questões que estão interligadas e são codependentes umas das outras, assim como os sistemas naturais e humanos, que possuem uma rede que tudo e a todos conecta.

A interdisciplinaridade é a para definição para a junção de duas ou mais disciplinas que unidas possuem uma maior capacidade de resolução em cooperação, fortemente atribuído como condição básica para estudos socioambientais.

Esta é uma importante corrente do pensamento ambientalista, o conceito foi desenvolvido pela Professora Kimberlé Crenshaw, na década de 80, e orienta uma abordagem holística para compreender questões que afetam as pessoas de forma diferente, como a discriminação por gênero e os recortes sociais de cor.

Outra abordagem que reforça a abordagem holística é a do *triple bottom line*, ou tripé da sustentabilidade como é chamado em português, o termo foi introduzido por John Elkington em 1994, fundador da consultoria britânica *SustainAbility* inaugurou o pensamento de que as empresas deveriam pensar em diferentes eixos de monitoramento para que atendessem as demandas de sustentabilidade e progresso socioeconômico (Triple [...], 2009).

Elkington em seu escrito chamado de *Cannibals with Forks*, introduz a ótica tripartite da sustentabilidade, definindo o triple bottom line (TBL), em três: lucro, pessoas e planeta, os três “Ps” como ficou chamado no inglês, *people, profit and planet* (Triple [...], 2009).

O lucro como premissa de sustentabilidade financeira que proporciona viabilidade e escalabilidade dos atributos de sustentabilidade ambiental e social, ou seja, Elkington com isto estabeleceu a máxima de que a sustentabilidade não pode ser pensada ou gerida sem um olhar amplo.

O tripé da sustentabilidade como é conhecido no português ilustra que são de fato três bases fundamentais para a existência da sustentabilidade empresarial, no sentido literal de três suportes, onde na falta de qualquer um destes, o todo cai.

E assim o é, quando abordamos o tema ESG como chamaremos aqui neste trabalho, não é possível estabelecer uma lógica de gestão ambiental ou social sem que questões financeiras e de outras naturezas tenham sido perpassadas, afinal de contas a lógica central é que todas estas questões são dependentes umas das outras e estão interligadas.

O olhar amplo é uma das principais características do pensamento e das teorias para a sustentabilidade atual, uma governança atenta que elimina os pontos sem visão e monitora os seus impactos e riscos, gerando correntes positivas e sistêmicas no desempenho socioambiental.

Abordar a múltipla crise de maneira holística é essencial para construir um futuro sustentável. Não será possível tratar dos problemas ambientais sem considerar os impactos sociais e econômicos, assim como as soluções para a desigualdade social e a injustiça econômica precisam incorporar a dimensão ambiental.

Populações em situação de pobreza são frequentemente as mais atingidas por desastres naturais, falta de recursos e degradação ambiental, o que evidencia a necessidade de uma abordagem que integre justiça social às soluções ambientais. Portanto, estratégias de mitigação e adaptação devem incluir a melhoria das condições de vida e a promoção da equidade social.

No âmbito econômico, a transição para um modelo sustentável não pode ser dissociada da criação de oportunidades de trabalho dignas e do fortalecimento de economias locais. A economia verde, que abrange energias renováveis, agricultura sustentável e tecnologias limpas, oferece potencial para o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente. No entanto, é crucial garantir que essa transição seja inclusiva, proporcionando benefícios econômicos amplos e evitando a marginalização de comunidades que dependem de indústrias tradicionais.

A seguir, traduzimos a tradicional imagem que representa o tripé da sustentabilidade, o qual inclui uma leitura em três eixos: pessoas, planeta e lucro, e a necessária convergência de diversos elementos para se alcançar a tão buscada sustentabilidade empresarial.

Figura 12 – O tripé da sustentabilidade



Fonte: adaptado de Cambiucci, 2021.

O diagrama acima demonstrado, reforça a ideia de que questões ambientais, envolvem o olhar para questões sociais e econômicas, visto que tais questões estão interligadas e devem ser abordadas de forma interseccional.

A crise ambiental, está se manifestando através das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e pela poluição, que afeta diretamente as comunidades mais vulneráveis, exacerbando desigualdades sociais.

Portanto, abordar a agenda de maneira holística é essencial para construir um futuro sustentável. Isso significa adotar políticas e práticas que considerem simultaneamente os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas ações. Somente através de uma visão integrada e interseccional poderemos criar um mundo onde a sustentabilidade seja alcançada de maneira justa e equitativa, beneficiando tanto o planeta quanto todas as suas populações.

3 O QUE É ESG?

A sigla representa a medição do desempenho das empresas através de indicadores monitorados para os três eixos, ambiental, social e governança, com as questões mais relevantes, ou questões materiais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, definiu como “um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos, com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis” (ABNT PR 2030, 2023).

O ESG se refere principalmente à análise a partir da mensuração e reporte de indicadores que refletem o desempenho ambiental, a responsabilidade social e a governança corporativa.

A seleção de questões de desempenho socioambiental para mensurar, monitorar, estabelecer metas, reportar e reduzir os riscos nos negócios variam, e este é um dos principais entraves na didática do tema ESG.

A mensuração, ou a definição de quais temas serão medidos envolvem um rol de ferramentas que promovem o direcionamento sobre quais temas serão importantes de serem divulgados para as partes interessadas, ou *stakeholders* de uma empresa.

Os *stakeholders* ou partes interessadas, são uma peça fundamental na seleção dos indicadores ESG, tendo em vista que as informações que são fornecidas se destinam principalmente aos investidores, acionistas, líderes, gestores, colaboradores, clientes e consumidores da empresa, os quais são diretamente interessados nas questões socioambientais associados à atividade mercantil e seus impactos.

Podemos afirmar que o ESG é um rol de metodologias utilizadas para mensurar, monitorar, estabelecer metas e reportar dados a partir de indicadores de desempenho nas três áreas, visando primordialmente a redução dos riscos nos investimentos e a sustentabilidade corporativa.

Segundo levantamento do Google Trends, o interesse de busca pelo termo ESG no mundo cresceu 525% nos últimos 10 anos (2004-2024), o Brasil foi o país latino-americano que mais pesquisou a sigla ESG (GOOGLE TRENDS, 2024).

Figura 13: Gráfico ESG - 2004-2024



Fonte: GOOGLE TRENDS, 2024

O tema ainda é emergente e os conceitos podem parecer novos dentro de um tema que é amplo e com muitas especificidades, assim, queremos simplificar e trabalhar os principais conceitos do ESG de forma descomplicada.

2.1 O que não é ESG

O que chamamos de ESG, tem sido tomado erroneamente como um novo nome ou título para tratar sobre sustentabilidade empresarial, entretanto não é, ou não deveria ser, ainda que a sua adoção importe em um melhor desempenho em relação à sustentabilidade empresarial, não podemos confundir os conceitos.

Ao confundir o tema ESG com o da sustentabilidade empresarial, corremos o risco de banalizar o conhecimento técnico, reduzindo a mensuração de impacto socioambiental através de indicadores a um mero discurso ou à implementação de boas práticas esparsas. O ESG é

exatamente sobre apresentar as evidências das boas práticas através da monitorização de indicadores relevantes, capazes de se demonstrar o objetivo genuíno em reduzir os riscos socioambientais.

A agenda ESG possui um viés de demonstração através de indicadores daquilo que a empresa carrega como responsabilidade e deveres, mas também quanto discurso para todas as partes interessadas.

Importante salientar que não se limita apenas à conformidade com normas e regulamentos, exige uma abordagem proativa e integradora que considere o impacto de suas operações no ambiente e na sociedade. Além de atender às exigências legais, as empresas devem adotar práticas que promovam a sustentabilidade de forma efetiva.

Quando observamos o percurso histórico da temática, percebemos que as carteiras ESG nasceram com o objetivo de evitar que o fluxo dos investimentos fosse direcionado à atividades lesivas às pessoas ou ao meio ambiente.

O dever de prestar contas é um dos temas centrais da agenda ESG, provavelmente a origem da necessidade de mensurar para poder reportar, isto porque os administradores dos ativos devem prestar contas aos seus acionistas e investidores, no inglês essa obrigação é chamada de *accountability*.

O princípio trazido pelo conceito de *accountability*, termo em inglês para prestação de contas, demanda que as empresas e as pessoas à frente da gestão de um negócio devem se responsabilizar pelos impactos ou danos causados ao meio ambiente e à sociedade, ainda mais que isso, que as questões socioambientais devem ser geridas, monitoradas e desenvolvidas pela empresa como forma de exercer plenamente a sua função social, que não é meramente o lucro para acionistas.

Roberto Moreno Spinoza, um dos principais pensadores sobre o tema e a quem é atribuído o conceito, afirma que *accountability* já foi utilizado em relação à fiscalização, responsabilização ou controle. Afirmou que, embora existam essas três definições, o termo mais utilizado é “prestação de contas” (2012, ESPINOSA, apud DOURADO, 2018).

A devida prestação de contas, é uma obrigação precípua da atividade mercantil e da gestão empresarial, neste sentido, a agenda ESG vem para parametrizar e indicar quais os critérios são os fundamentais na prestação de contas socioambientais e de governança.

2.2 Benefícios da implementação da Agenda ESG

A ascensão do tema, se deve principalmente, após a experiência da mensuração ESG demonstrar na prática, através dos indexadores, que as companhias que monitoram e reportam seus dados socioambientais e de governança, tendem a se tornar não somente mais resilientes, mas mais lucrativas em médio e longo prazo.

Isso ocorre porque com a implementação das boas práticas da Gestão ESG, a organização desenvolve um poder de alcance em relação às oportunidades que se revelam a partir de um olhar ESG apurado.

A alta adesão de organizações às práticas de ESG se explica pelas inúmeras vantagens a elas conferidas. É certo que um empreendimento sustentável atrai estabilidade, uma vez que as práticas da pauta ESG auxiliam a empresa a planejar seu crescimento e evitar eventuais desajustes.

De acordo com pesquisa recente, estimou-se que a agenda ESG, no mundo, deve atrair US\$53 trilhões em investimentos em 2025 (BLOOMBERG, 2021). Isso porque, diante de um cenário de crise climática, pautas como sustentabilidade, saúde e segurança têm ganhado espaço expressivo na gestão de negócios, revelando o urgente compromisso das organizações com a redução de seus impactos negativos.

A verificação na prática de que o investimento socioambiental, associado à mensuração e divulgação dos indicadores de ESG, é capaz de trazer múltiplos benefícios ao negócio, principalmente a longevidade e a resiliência têm causado uma onda benéfica no mundo dos negócios. A percepção de que o propósito bem definido é poder e que as partes interessadas importam é a mola propulsora para a guinada na direção do olhar dos investidores (STRINE, 2020).

As melhores práticas corporativas associadas a um olhar atento de como conduzir o negócio é se colocar de forma positiva e transparente em relação à sociedade faz com que o valor compartilhado retorna em benefícios, é o que aponta o estudo conduzido pela *Harvard Law School Forum on Corporate Governance* (BUZZO, 2020).

Os benefícios apontados no estudo transitam desde um engajamento proativo dos acionistas, posicionamento de mercado, aprimoramento da agenda de sustentabilidade e a colocação adequada às demandas da sociedade, gerando uma cadeia de valor fiel e que reconhecem o valor da iniciativa para as partes interessadas e para o mundo.

Um estudo da Ágora Investimentos demonstrou que empresas que investem em ASG se tornam mais resilientes à crises e demonstram maior longevidade em longo prazo, a Ágora revelou ainda que as companhias que adotam o investimento na temática tem lucratividade acima da média na Ibovespa, enquanto a média de crescimento da bolsa foi de 223% a carteira de ESG subiu 296% (Estadão, 2020).

As empresas têm um papel fundamental, e a implementação de princípios de gestão coletiva e responsabilidade corporativa são essenciais para assegurar que contribuam positivamente para a sociedade e o meio ambiente. Ao adotar práticas ESG as empresas podem não apenas atender às expectativas sociais e regulatórias, mas também criar valor duradouro e promover um futuro mais sustentável para todos.

Assim, podemos concluir que a abordagem holística através de indicadores é a grande revolução, primeiro porque garante, em tese, que as práticas de sustentabilidade corporativa não ficarão apenas no discurso e segundo porque confere verificabilidade das informações, inibindo o *greenwashing*, práticas irresponsáveis e riscos socioambientais.

O termo *greenwashing* foi usado pela primeira vez em 1986, pelo ambientalista Jay Westervelt, e representa a propagação enganosa de práticas sustentáveis (MANIFESTO AMBIENTAL, *apud*, Santos, Felipe, 2023).

Percebemos por fim, que ESG é exatamente sobre apresentar as evidências das boas práticas socioambientais através da monitorização de indicadores relevantes e capazes de demonstrar o quanto se afirma.

2.3 Riscos ESG

Os riscos ESG representam como vimos durante o percurso histórico da temática a compreensão de que questões ambientais, sociais e de governança são capazes de influir na segurança dos negócios e dos investimentos.

E essa afirmação têm desdobramentos práticos emblemáticos no Brasil e no mundo, a seguir iremos abordar como os riscos ESG podem representar além de riscos significantes, prejuízos na imagem e consequentemente financeiros.

Alguns casos ilustram essa realidade, onde negócios e empresas lucrativos e com alto valor de mercado, se veem expostas após escândalos e pelo cometimento de crimes ambientais e sociais.

2.3.1 Caso Volkswagen - Diesel Gate

O primeiro caso que aqui relataremos, ocorreu em 2015, onde a montadora de veículos Volkswagen foi exposta após a descoberta de uma série de fraudes para burlar o sistema de controle de emissões atmosféricas por seus veículos. A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos emitiu um aviso sobre a violação da Lei *Clean Air Act*, depois de ter sido constatado que a Volkswagen tinha intencionalmente programado a injeção eletrônica de carros com motores a diesel para ativar determinados controles de emissões apenas durante os testes de poluentes (WIKIPEDIA, 2023). O caso ficou conhecido como Diesel Gate, o resultado da empresa foi afetado pela soma de € 6,7 bilhões com a fraude (G1, 2015).

2.3.2 Caso Vale – Mariana e Brumadinho

Em 05 de novembro de 2015, acontece um dos piores desastres socioambientais já experienciados no Brasil, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG, que resultou em perdas humanas e ambientais, além de multas bilionárias e processos judiciais. O empreendimento, sob a gestão da Samarco Mineração S/A, empresa controlada por Vale S/A e BHP Billinton, estava localizado na Bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que é afluente do rio Doce. (MPF, 2017).

Logo depois, em janeiro de 2019, uma nova tragédia com as mesmas características, desta vez o rompimento da Barragem do Feijão em Brumadinho – MG, que causou a morte de pelo menos 300 pessoas que foram arrastadas na avalanche de lama tóxica, “além de todas essas vítimas, houve grande perda de casas, pousadas, aldeias indígenas, além do grande impacto ambiental na bacia do Rio Paraopeba, tal fato, fez que a Vale perdesse valor de mercado chegando em janeiro de 2019 com o valor de mercado de R\$ 218,7 bilhões de reais” (ROCHA, 2021).

Entretanto, se observou no intervalo dessas duas tragédias um crescimento enorme da empresa VALE S.A. no seu valor de mercado. Foi justamente após a tragédia de Mariana que a Vale atingiu o valor de Mercado de R\$ 323 bilhões de reais (ROCHA, 2021), o que demonstra que mesmo após um grave crime ambiental a empresa continuava a se posicionar bem no mercado e na bolsa de valores, o que demonstra a ausência, naquele momento, da mensuração dos riscos socioambientais pelas carteiras de investimento acerca das ações da Vale.

Após o rompimento de Brumadinho, a companhia Samarco controlada pela Vale e pela BHP Billiton sofreram danos de “mais de 70 bilhões de reais em valor de mercado – batendo todos os recordes para uma companhia brasileira em um único dia de bolsa” (SEABRA, 2019).

2.4.4 Caso da Aurora Salton

Duzentos e sete trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves — RS, os resgatados tinham entre 18 e 57 anos, a maioria era da Bahia e prestavam serviços terceirizados para a Salton, Aurora e Garibaldi (G1, 2023) para suprir a demanda “pontual e específica do descarregamento de caminhões no período da safra da uva”, conforme nota divulgada (VINICOLA AURORA, 2023).

As empresas afirmam que os contratos eram bem pagos e que não conhecia as condições em que se encontravam seus prestadores de serviço, no entanto, deixaram de fiscalizar e de reconhecer que os riscos de uma contratação irresponsável começam desde a responsabilização trabalhista, contempla a aplicação de multas e vai até à perda de credibilidade da marca no mercado nacional e internacional (VINICOLA AURORA, 2023).

Casos como os que vimos neste capítulo, deixam explícito que questões sociais e ambientais influenciam os negócios, inclusive financeiramente.

Este é o principal argumento para a implementação da agenda ESG mais uma vez percebido na prática: priorizar a gestão de impactos socioambientais não é apenas voltada para negócios que querem levantar uma bandeira verde ou para ONGs, é para quem quer prevenir danos irreversíveis ao negócio causados por seus impactos à sociedade ou ao meio ambiente.

É nossa responsabilidade ampliar o controle social para ajudar a combater a prática do trabalho escravo contemporâneo e outras formas de violação ambiental ou social. Assim, buscar saídas e metodologias para inserir critérios de proteção e defesa das pessoas que estão no elo mais frágil da cadeia produtiva é em primeiro lugar uma medida de responsabilidade social, mas logo em seguida, uma medida de prevenção de riscos ESG.

2.4 O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3

O indexador brasileiro é o ISE, ou Índice de Sustentabilidade Empresarial, da Ibovespa, é um dos principais índices de sustentabilidade do mundo, calculado pela B3 (Bolsa de Valores do Brasil). Avalia empresas listadas na bolsa com base em critérios ambientais, sociais e de governança.

Os critérios ESG estabelecidos pela Ibovespa no seu Índice de Sustentabilidade Empresarial são os a seguir demonstrados.

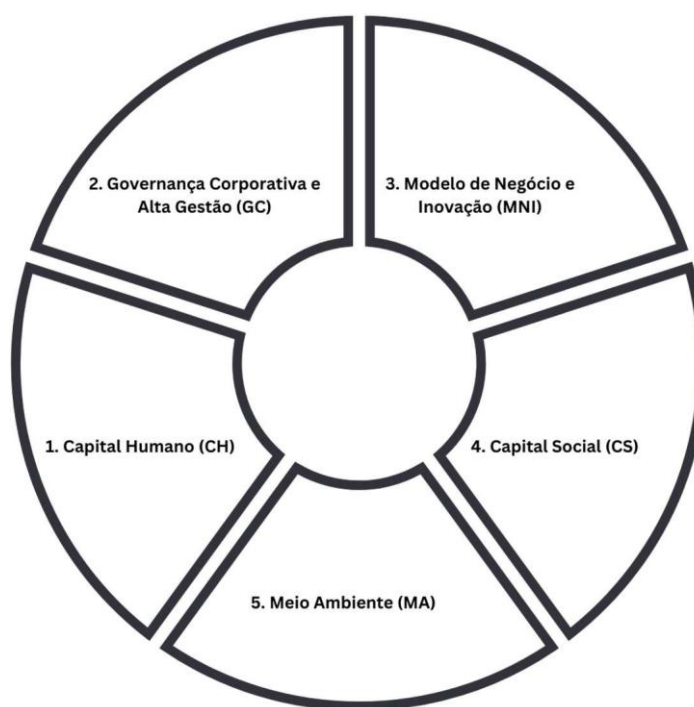
Quadro 2: indicadores avaliados pelo ISE.

		
Dimensão	Temas Gerais (todas as empresas respondem)	Temas específicos (variam conforme o setor)
1. Capital Humano (CH)	Práticas trabalhistas Saúde e segurança do trabalhador Engajamento, diversidade e inclusão	
2. Governança Corporativa e Alta Gestão (GC)	Fundamentos da Gestão Sustentável Empresarial Gestão de riscos Práticas de governança corporativa Ética nos negócios Manutenção do potencial competitivo Gestão do ambiente legal e regulatório	
3. Modelo de Negócio e Inovação (MNI)	Sustentabilidade do modelo de negócio	Acessibilidade técnica e econômica Qualidade e segurança do produto Rotulagem Bem-estar do cliente Privacidade do cliente
4. Capital Social (CS)	Direitos Humanos e a relação com a comunidade Investimento social e privado na cidadania corporativa Segurança de dados	
5. Meio Ambiente (MA)	Políticas e práticas de gestão ambiental	Impactos Ecológicos Gerenciamento de energia Gestão de água e efluentes Gestão de resíduos e materiais perigosos Qualidade do ar

Fonte: ISE, 2023.

O questionário está organizado em 5 dimensões, subdivididas em 28 temas que são abordados em formato de questionário, cada um desses temas se ramifica em perguntas quantitativas e qualitativas selecionadas com o condão e a capacidade de metrificar as questões mais relevantes ESG no Brasil (ISE, 2023).

Figura 14: Eixos ISE



Fonte: ISE, 2023.

Podemos com isso afirmar que os indexadores da bolsa de valores se destinam a propósitos específicos, como a possibilidade de comparação e *ranking* das melhores companhias a partir da moldura especificada para aquela carteira de investidores, o que merece um aprofundamento das companhias para além dos indexadores da bolsa em prol de uma efetiva gestão ESG.

A gestão ESG irá importar em levantamento de aspectos e impactos mais relevantes e estabelecer procedimentos e metodologias para administrá-los, assim, emerge a figura dos indicadores, reforçando que o ESG irá corresponder principalmente à mensuração e demonstração do desempenho socioambiental a partir de indicadores.

2.5 Definindo os indicadores ESG

O levantamento dos indicadores deve seguir critérios mínimos para que sejam viáveis, e representam uma poderosa ferramenta de comunicação, a serviço do olhar holístico ESG, entretanto, necessitam da abordagem metodológica apropriada.

A sigla ESG, devemos destacar, refere-se à mensuração e reporte de dados com transparência sobre questões ambientais, sociais e de governança associadas às atividades mercantis da empresa.

Questões idiossincráticas como o setor e a atividade comercial influenciam significativamente em quais serão os indicadores ESG de determinada atividade, exemplo, uma empresa de tecnologia terá impactos, riscos e indicadores diferentes daqueles de uma indústria de produtos químicos.

Considerando os diferentes temas socioambientais e a agenda de governança, foi necessário desenvolver metodologias que parametrizassem a forma de medir o desempenho socioambiental.

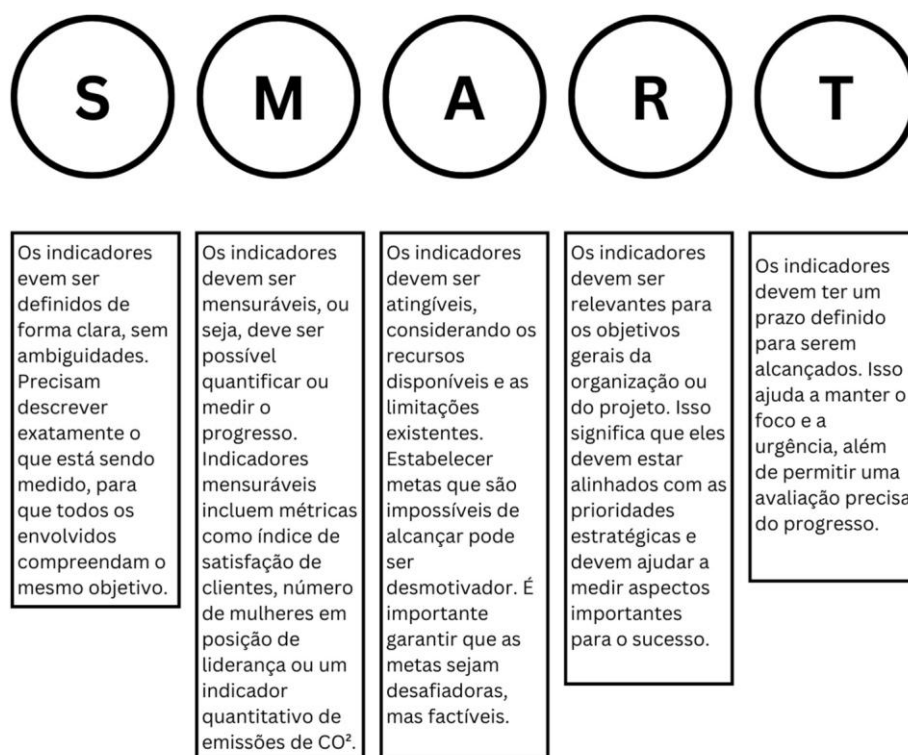
Estes indicadores fornecem uma visão abrangente e detalhada das práticas ESG de uma organização, permitindo identificar áreas de melhoria e implementar ações concretas para mitigar os impactos negativos no meio ambiente, importante salientar que esse rol é exemplificativo e não exaustivo, ou seja, se existirem questões próprias de cada atividade que gerem impactos significativos, estes indicadores devem ser incluídos em sede de análise de materialidade.

Os indicadores consistem na combinação de dados para fornecer dados relevantes sobre determinado assunto, sua função é a de metrificar as informações de forma quantitativa ou qualitativa (OECD, 2008).

Desta forma, é fundamental a leitura e a aprendizagem acerca da metodologia mais apropriada para a seleção dos indicadores, para orientar este estudo, levantamos a metodologia denominada de S-M-A-R-T.

S-M-A-R-T significa *Specific* (Específico), *Measurable* (Mensurável), *Achievable* (Atingível), *Relevant* (Relevante) e *Time-bound* (Temporal), metodologia que é amplamente utilizado em gestão de projetos, planejamento estratégico e avaliação de desempenho para garantir que os objetivos e indicadores sejam claros e atingíveis, vejamos a seguir a definição de cada um dos requisitos para a seleção de indicadores (DORAN, 1981).

Figura 15: Metodologia S.M.A.R.T



Fonte: DORAN, 1981, tradução e adaptação, autora, 2024.

O levantamento de indicadores deve seguir, na teoria geral, critérios mínimos para que sejam viáveis, representam uma poderosa ferramenta de comunicação, a serviço do olhar holístico ESG, necessitam da abordagem metodológica apropriada.

Alguns princípios e elementos são basilares para uma boa e efetiva aplicação da moldura ESG voltada à redução de riscos, o alcance dos benefícios disponíveis, transparência e divulgação de dados de qualidade e por fim a sustentabilidade através da mitigação dos impactos ou riscos socioambientais, a promoção do impacto positivo e da regeneração econômica.

Isto porque, conforme visto, questões ESG influenciam na segurança dos investimentos, na longevidade e prosperidade do negócio. Ao considerar riscos socioambientais e de governança, as companhias ganham um forte aliado na sua gestão empresarial, o olhar a partir de indicadores, que revela pontos relevantes que precisam ser geridos, mitigados, controlados e evitados, os riscos ESG.

2.5.1 Ambiental (E)

Os indicadores ambientais desempenham um papel importante na avaliação da relação de uma organização com o meio ambiente, irão abordar uma série de aspectos e impactos que devem ser considerados, monitorados e reportados. A seguir, trazemos no quadro alguns exemplos específicos desses indicadores:

Quadro 3: Quadro exemplificativo de indicadores no eixo ambiental.

Tema	Conceito	Indicadores
Ar e clima	Gestão da qualidade do ar e das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Inventários de carbono e outros gases poluentes são indicadores essenciais para a mensuração do desempenho socioambiental.	Emissões do Escopo 1, 2 e 3 (GHG Protocol, 2004). Indicadores de monitoramento da qualidade do ar interno.
Água e efluentes	Monitoramento e gestão do uso de água e do tratamento de efluentes, visando a redução do impacto ambiental.	Litros de água consumidos no último ano fiscal. Litros de água por produto. % de fontes ecoeficientes e de reuso. % de tratamento de efluentes. Investimento em infraestrutura.
Energia e fontes renováveis	Avaliação do consumo de energia, com foco no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes renováveis.	Consumo de energia em quilowatts. % de fontes ecoeficientes e geração de energia.
Resíduos	Implementação de um gerenciamento efetivo para o manejo responsável de resíduos e redução da poluição, incluindo reciclagem e descarte adequado.	Geração de resíduos em quilos no último ano fiscal. % de reciclagem. % de desvio de aterro sanitário.
Ciclo de vida do produto	Análise e otimização do ciclo de vida dos produtos para minimizar o impacto ambiental desde a produção até o descarte.	Valores de investimento em design sustentável. % de redução do descarte. Quantidade de material recolhido dos consumidores finais ou logística reversa.
Matéria-prima	Uso responsável e sustentável de matérias-primas, com ênfase na redução de desperdícios e na seleção de materiais ecologicamente corretos.	% de matéria-prima certificada. Número de fornecedores certificados, com garantia de origem e outras práticas.

Fonte: Autora, 2024.

2.5.2 Social (S)

Os indicadores sociais revelam que ações e investimentos estão sendo feitos para equalizar deficiências históricas e ajudar a promover uma sociedade mais justa e equilibrada, versando sobre combate à fome e a pobreza, relação com a comunidade, busca pela equidade de gênero, promoção ao trabalho digno e ao desenvolvimento econômico, se refere à responsabilidade social corporativa propriamente dita, vejamos alguns exemplos de indicadores do eixo social no quadro a seguir:

Quadro 4: Quadro exemplificativo de indicadores do eixo social.

Tema	Conceito	Indicadores
Direitos Humanos	Políticas e monitoramento das práticas de prevenção à violações de direitos humanos. Dados e números acerca das ferramentas utilizadas para o monitoramento, como o canal de denúncias e o processamento dos atos que violam os termos do código	Número de denúncias atendidas no último ano fiscal. Treinamentos sobre o código de conduta para colaboradores e fornecedores.
Benefícios	Indicadores que demonstram os benefícios e o respeito aos direitos do trabalho.	Valores pagos em benefícios no último ano fiscal. Lista com os benefícios. Número de participantes dos programas.
Saúde e Segurança	De que forma a companhia assegura a integridade e segurança de seus trabalhadores.	Número de ocorrências e políticas internas de combate aos acidentes. Número de treinamentos e ações realizadas no último ano fiscal.
Engajamento e Diversidade	Dados demográficos que demonstram a diversidade e a inclusão garantindo a igualdade de oportunidades para todos os colaboradores.	Número total de trabalhadores, percentual de mulheres, pessoas pretas, pessoas com deficiência, pessoas com 50 anos ou mais, dentre outros critérios. % de mulheres em cargos de liderança. % de pessoas negras. % de pessoas LGBTQIAPN + % de pessoas PCD % de pessoas 50 +

Fornecedores	De que forma a companhia está selecionando os seus fornecedores impacta diretamente nos riscos associados à sua cadeia de valor.	Gestão de documentos, número de fornecedores certificados, número de fornecedores do mercado local e outros que revelem as práticas relativas aos fornecedores
Comunidade Local	Quais são os investimentos e projetos que beneficiam a comunidade local e apoio para iniciativas sociais.	Valores investidos em projetos sociais e no relacionamento com a comunidade

Fonte: Autora, 2024

2.5.3 Governança (G)

Os indicadores de governança atendem principalmente ao dever de prestar contas, de promover uma cadeia positiva de negócios, sendo o pilar fundamental a transparência e a ética, conforme o rol de exemplos de indicadores no quadro a seguir:

Quadro 5: Quadro exemplificativo de indicadores do eixo governança.

Tema	Conceito	Indicadores
Transparência e Ética	Relatórios financeiros e de sustentabilidade, a demonstração dos altos padrões de transparência e ética na governança corporativa, são a base da abordagem acerca da governança.	Composição do conselho. % de mulheres. % de participação de <i>stakeholders</i> . Auditorias financeiras. Relatórios de sustentabilidade.
Requisitos Legais	Gestão e controle das leis e normas que possuem implementação obrigatória.	Número de leis e normas mapeadas. Demonstração do cumprimento dos requisitos legais.
Gerenciamento de riscos	Gestão e controle de temas materiais, ou seja, os principais riscos associados ao negócio.	Levantamento da materialidade. Matriz de dupla verificação de temas materiais.
Satisfação dos clientes	Monitoramento da satisfação dos clientes e da jornada de consumo dos produtos ou serviços da empresa.	NPS de satisfação dos clientes.
Cultura e valores	Políticas e direcionadores da cultura do negócio.	Propósito Missão, Visão e Valores
Modelo de negócio	Formato empresarial de pessoa jurídica e capital.	Propriedade do negócio. Fins lucrativos. Modelo de negócio de impacto.

Fonte: Autora, 2024.

Na prática a mensuração e divulgação dos indicadores Ambientais, Sociais e de Governança não seguem uma única padronização, sendo este ainda um dos grandes desafios a serem superados para que haja uma melhor comparação entre mercados internacionais (SAFATLE, 2016).

Entretanto, a seleção de indicadores possui uma série de orientações constantes na doutrina teórica sobre a forma de levantar e selecionar aqueles pertinentes e que sejam capazes de demonstrar a informação com a relevância e confiabilidade necessárias.

Existe uma gama de metodologias e indicadores possíveis para o levantamento dos temas relevantes por setor de atividade e a partir da análise individualizada de cada companhia, sua atividade-fim e os seus principais impactos associados.

A regra geral é que a companhia identifique os seus temas mais relevantes, ou seja, quais os temas são materialmente possíveis de trazer algum risco socioambiental ou de governança ao negócio.

A importância de se adotar os critérios mais usados internacionalmente está na possibilidade de comparação, confiabilidade dos dados e a qualidade no olhar amplo de todos os aspectos ESG, o que permite que o mercado conheça os impactos de uma empresa e possa comparar ao de outras e com o setor como um todo.

Em virtude da ascensão do tema, a aplicação das metodologias de padronização é essencial para que a gestão ESG foque nos temas mais relevantes para o negócio, para os investidores e todas as partes interessadas.

Entretanto, como vimos neste capítulo, alguns temas são centrais na temática ESG, a seguir demonstraremos um exemplo de moldura de indicadores baseado em uma regra geral de monitoramento de riscos ESG.

2.6 Sinergia entre a Agenda 2030 e a Agenda ESG

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande reunião de chefes de estado na Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, realizada em junho de 1972 (Estocolmo, 1972).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada com os seguintes principais objetivos: Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las, propor novas formas de cooperação

internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido de fazer as mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma maior compreensão dos problemas existentes, auxiliando-os e incentivando-os a uma atuação mais firme (ONU Meio Ambiente, 2021).

Em 1987, a comissão recomendou a adoção de uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável - o Relatório Brundtland.

Foi publicado com o título "Nosso Futuro Comum", documento apresentou a proposta de integrar a questão ambiental no desenvolvimento econômico, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir com a agenda do desenvolvimento sustentável em detrimento do crescimento econômico a qualquer custo.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi uma conciliação importante entre as partes e aponta para a necessidade de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover recursos suficientes para sua subsistência.

A Agenda 21, foi a primeira agenda de objetivos e concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Composta por quarenta capítulos, a Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo onde se admite de forma explícita a responsabilidade dos governos em impulsionar programas e projetos ambientais através de políticas que visam a justiça social e a preservação do meio ambiente. Entretanto, a Agenda pode, e deve ser implementada tanto pelos governos quanto pela sociedade, concretizando o lema da ECO92: “pensar globalmente, agir localmente”.

Agenda de desenvolvimento sustentável baseia-se no resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, da Cúpula de 2010 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e nos pontos de vista de pessoas em todo o mundo.

Podemos perceber a ascensão do pensamento ambientalista e o desenvolvimento das agendas globais pela ONU através da linha do tempo que a seguir colamos:

Figura 16: Linha do tempo das agendas globais da ONU.



Fonte: Movimento Nacional ODS, 2016.

Neste momento, os países concordaram sobre “O futuro que Queremos” – o documento final do Rio+20 – para estabelecer um grupo de trabalho aberto para elaborar um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para consideração e ação apropriada. Depois de mais de um ano de deliberações consultivas abrangentes e intensivas, o Grupo de Trabalho Aberto propôs 17 objetivos específicos com 169 metas associadas.

Como podemos perceber pela Ilustração acima, um longo desenrolar de negociações e tratados internacionais foi construído e havia a necessidade de facilitar o manuseio dos objetivos, por isso, uma pedagogia nova foi utilizada para compilar o que havia sido feito até então.

Assim nasce a agenda 2030 e os seus Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável que trazem a ótica multifacetada das metas necessárias para se obter o desenvolvimento sustentável, metas que atravessam questões sociais como o combate à fome e à pobreza, chegando até a proteção do ambiente natural e a governança necessária para atingir tais objetivos.

Figura 17: Quadro com os 17 ODS.



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2024.

Assim, a Agenda 2030 é um compilado de tratados internacionais e de acordos feitos internacionalmente para buscar uma solução em conjunto para os desafios globais, o que precisa do envolvimento e engajamento de todos os setores da sociedade, por isso, se faz fundamental a articulação dos critérios ali contidos com a mensuração dos indicadores de ESG.

Para atender aos preceitos da Agenda 2030 e às melhores práticas ESG é necessário mostrar evidências tangíveis do compromisso das empresas envolvidas nos desafios ambientais, sociais e de governança corporativa. O que se vê é que estar em alinhamento com essa sigla emergente (ESG) não é mais uma escolha para as empresas que querem competir, é praticamente mandatório (ABACHE, 2020).

O uso dos indicadores deve se direcionar não só à atender as demandas do mercado, mas também para colaborar com os desafios globais, a valorização e a integração das agendas da ONU são fundamentais para alcançar uma efetiva governança mundial e um esforço em conjunto, principalmente contando com a força do mercado, seja talvez a grande virada de chave para a humanidade e sua sobrevivência no Planeta.

A MSCI produziu um documento chamado *Investor Focus on SDGs*, que em tradução livre significa “O foco do investidor em ODS”, que em resumo aponta para a busca dos investidores em cada vez buscar fazer a coisa certa e investir de forma responsável e da

fundamental conexão entre esse movimento do mercado e o fortalecimento das agenda global na ONU, abaixo a figura divide em setores de impacto lincando com os ODS, demonstrando que uma ótica para os indicadores de ASG, seriam não apenas pertinentes, mas fundamental para um investimento responsável.

Figura 18: Ilustração com a interação entre ESG e os ODS.



Fonte: MSCI ESG Research - 2018. Tradução livre.

A figura demonstra a viabilidade da integração dos indicadores ESG e sua aplicação a partir da ótica dos 17 Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável, já que a sua abordagem e metodologia holística atende aos critérios trazidos como fundamentais para a governança global e para a colaboração global na superação dos desafios para as próximas décadas.

A busca por investimentos conscientes tem crescido no mundo, não à toa a busca por implementar práticas socioambientais e mensurá-las se tornou não só um ato de responsabilidade social corporativa, mas um instrumento estratégico que opera em benefício

das organizações, na redução de riscos, na visão das oportunidades e na atração das melhores carteiras de investimentos.

Ainda, é fundamental a qualquer contexto de governança socioambiental que se fortaleça as agendas e os compromissos globais, reforçando a ideia de que os indicadores de ASG podem e devem estar conectados com a Agenda 2030.

2.7 Normas, metodologias de aplicação ESG e *frameworks*

As molduras de aplicação ESG ou *frameworks* como são chamados internacionalmente, remetem à estrutura que contextualiza a informação, um conjunto de temas que orientam e moldam o que será mensurado, reportado, possibilitando metodologias de comparabilidade, especialmente setorial.

A mensuração de impacto socioambiental é essencial para entender e melhorar as práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Para isso, a definição de indicadores robustos e metodologias eficazes são fundamentais. Diversas fontes teóricas e metodológicas contribuem para este campo, oferecendo normas, *frameworks* e ferramentas que guiam as organizações na avaliação e comunicação de seus impactos.

A escolha da moldura ou *framework* mais recomendado vai depender do grau de maturidade da empresa e o momento, da necessidade perante os investidores, das expectativas mapeadas das partes interessadas no geral.

Algumas metodologias são apontadas como mandatórias quando se trata de aplicação da Agenda ESG, são as chamadas NVS ou Normas Voluntárias de Sustentabilidade, que direcionam os padrões de sustentabilidade mínimos de acordo com a função ou o objetivo da norma, que podem ser certificações de boas práticas ou normas internacionais de padronização.

A seleção das principais normas de padronização de sustentabilidade, irão encontrar as normas da família ISO, especialmente a ISO 14001, o Global Reporting Initiative (GRI) e o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e o *IFRS Foundation*, que oferecem ferramentas e materiais que orientam as empresas a como reportar seus indicadores e como levantar os critérios de risco ESG com base na regra geral e por setor econômico.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, publicou recentemente a norma técnica ABNT PR 2030, que consiste na parametrização da gestão ESG realizada por uma instituição brasileira, representa um importante avanço para a regulamentação da temática no país.

2.7.1 ABNT PR 2030

Em 2022, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, organizou um documento denominado ABNT PR 2030, que consiste em um documento com as práticas recomendadas (PR) para a aplicação da agenda ESG. Uma importante parametrização das normas e conceitos ESG para a realidade brasileira.

A produção de conhecimento ESG ao redor do mundo se dá principalmente por organismos internacionais como o GRI e o SASB, de forma que a relevância da iniciativa da ABNT em compilar, adaptar e produzir o conteúdo da norma deve ser louvada.

A ABNT PR 2030 foi desenvolvida em parceria com pelo menos 35 organizações públicas e privadas brasileiras e além da ISO 14001, baseou seu conteúdo em um rol de normas técnicas que fundamentaram o documento. Conforme transcrito abaixo:

ABNT NBR ISO 26000 - Oferece diretrizes para a responsabilidade social, ajudando as empresas a integrarem as práticas sociais e ambientais em suas operações e estratégias.

ABNT NBR ISO 9001 – Sistemas de gestão da qualidade.

ABNT ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental.

ABNT NBR 16001 – Responsabilidade social.

ABNT NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre responsabilidade social.

ABNT NBR ISO/IEC 27001 – Sistemas de gestão da segurança da informação.

ABNT NBR ISO 31000 – Gestão de riscos.

ABNT NBR ISO 37000 – Governança de organizações.

ABNT NBR ISO 37001 – Sistemas de gestão antissuborno.

ABNT NBR ISO 37301 – Sistemas de gestão de compliance.

ABNT NBR ISO 50001 – Sistemas de gestão de energia.

ISO 45001 – Ocupacional health and safety management systems.

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

A relevância das normas da família ISO, é inegável, fornecem *frameworks* reconhecidos internacionalmente para a gestão ambiental e a responsabilidade social. A ISO 14001, por exemplo, é focada na gestão ambiental, orientando as organizações na implementação de sistemas de gestão que melhoram seu desempenho ambiental, a norma representa uma precursora ferramenta quando se trata de gestão ambiental e pode ser utilizada para o mapeamento dos critérios ESG.

A norma ISO 14001, é um parâmetro de gestão ambiental que perfeitamente se adequa ao que demanda a gestão de indicadores ESG, não à toa, as normas e metodologias clássicas

são a base para o levantamento e a gestão dos critérios necessários a uma efetiva gestão de impactos socioambientais.

Outras normas da família ISO podem ser utilizadas para diferentes contextos e necessidades, a aplicação de cada uma das normas pode ser feita de acordo com a seleção dos temas materiais. A ABNT fez o trabalho cuidadoso de compilar estes requisitos.

Em seu artigo 3º, cuidou em estabelecer alguns conceitos importantes para a compreensão da temática ESG, vejamos o trecho selecionado transcrito a seguir.

3.4 | cadeia de valor

sequência completa de atividades ou partes que fornecem ou recebem valor na forma de produtos ou serviços

NOTA 1 Partes que fornecem valor incluem fornecedores, trabalhadores terceirizados, empresas contratadas e outros.

NOTA 2 Partes que recebem valor incluem clientes, consumidores, conselheiros e outros usuários.

3.6 | ciclo de vida

estágios consecutivos e encadeados de um sistema de produto (ou serviço), desde a aquisição da matéria-prima ou de sua geração, a partir de recursos naturais até a disposição final.

NOTA Os estágios do ciclo de vida incluem a aquisição da matéria-prima, projeto, produção, transporte/entrega, uso, tratamento pós-uso e disposição final.

3.7 | compliance

termo do inglês que se refere à observância ou conformidade de requisitos que uma organização mandatoriamente tem que cumprir, como também os que uma organização voluntariamente escolhe cumprir.

3.9 | desenvolvimento sustentável

desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades.

Nota 1 de entrada: Desenvolvimento sustentável refere-se à integração de objetivos de alta qualidade de vida, saúde e prosperidade com justiça social e manutenção da capacidade da Terra de suportar vida em toda a sua diversidade.

Estes objetivos sociais, econômicos e ambientais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Desenvolvimento sustentável pode ser tratado como uma forma de expressar as expectativas mais amplas da sociedade como um todo. [FONTE: ABNT NBR ISO 26000:2010,2.23]

3.11 | Due Diligence

processo pelo qual as organizações, de forma proativa, identificam, avaliam, previnem, mitigam e explicam o modo como abordam seus impactos adversos reais e potenciais como parte integrante da tomada de decisões e da gestão de riscos.

3.18 | impacto da organização

mudança positiva ou negativa na sociedade, economia ou no meio ambiente, total ou parcialmente resultante das decisões e atividades passadas e presentes da organização [FONTE: ABNT NBR ISO 26000:2010, 2.9]

3.20 | materialidade (no contexto ESG)

pertinência de um tópico determinada pela relevância do seu impacto econômico, ambiental, social, positivo ou negativo, nas avaliações e decisões dos gestores da organização e de suas partes interessadas

NOTA 1 No contexto da sustentabilidade, **materialidade** é a base para a empresa identificar as agendas prioritárias para sua atuação, investimentos e gestão de externalidades, riscos e oportunidades.

NOTA 2 A materialidade varia de acordo com o contexto, características do negócio e interesses dos públicos com os quais a organização se relaciona. [FONTE: Adaptada do GRI e ISE]

3.22 | objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS

apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade

3.26 | parte interessada stakeholder

pessoa, organização ou comunidade que pode afetar, ser afetada ou se perceber afetada por uma decisão ou atividade

3.29 | risco

efeito da incerteza nos objetivos

Nota 1 de entrada: Um efeito é um desvio em relação ao esperado – positivo ou negativo.

Nota 2 de entrada: Incerteza é o estado, ainda que parcial, de deficiência de informação relacionada, compreensão ou conhecimento de um evento, sua consequência ou probabilidade.

Nota 3 de entrada: O risco é frequentemente caracterizado pela referência a potenciais “eventos” (conforme definido no ABNT ISO Guia 73:2009, 3.5.1.3) e “consequências” (conforme definido no ABNT ISO Guia 73:2009, 3.6.1.3), ou uma combinação destes.

Nota 4 de entrada: O risco é frequentemente expresso em termos de uma combinação das consequências de um evento (incluindo mudanças nas circunstâncias) e a “probabilidade” associada (conforme definido no ABNT ISO Guia 73:2009, 3.6.1.1) de ocorrência.

Nota 5 de entrada: No contexto de sistemas de gestão da segurança da informação, os riscos de segurança da informação podem ser expressos como efeito da incerteza sobre os objetivos de segurança da informação.

Nota 6 de entrada: O risco de segurança da informação está associado ao potencial de que as ameaças explorem vulnerabilidades de um ativo de informação ou grupo de ativos de informação e, assim, causem danos a uma organização.

[FONTE: ISO/IEC 27000:2018, 3.61]

3.31 | sustentabilidade

estado do sistema global, incluindo os aspectos ambientais, sociais e

econômicos, no qual as necessidades do presente são atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Nota 1 de entrada: Os aspectos ambientais, sociais e econômicos interagem, são interdependentes e são muitas vezes referidos como as três dimensões da sustentabilidade.

Nota 2 de entrada: Sustentabilidade é o objetivo do desenvolvimento sustentável.

[FONTE: ABNT NBR ISO 20400:2010, 3.33]

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

Os temas acima definidos, como podemos perceber da leitura desta e de outras normas, ocorrem nos indexadores e nas normas técnicas o mesmo direcionamento acerca dos requisitos mínimos e suas metodologias, este é um importante esforço no sentido da parametrização mundial.

Em seu artigo 4º, prossegue debatendo a necessária diferença entre Sustentabilidade e ESG, que são termos frequentemente usados de forma intercambiável e, embora ambos apontem para a mesma direção, não são sinônimos (ABNT PR 2030, 2023, p. 9).

Em sequência aborda a ascensão do pensamento ambientalista no mundo e os conceitos relativos à necessária adoção da Agenda 2030 e os 17 ODS na abordagem na mensuração ESG para o bom desempenho da sustentabilidade corporativa.

Reforçando a abordagem holística e a aplicação interdependente das metodologias e boas práticas ESG.

Em seu artigo 5º cuidou em abordar a chamada “Jornada ESG”, o seja, qual o caminho necessário para a adoção de um sistema de gestão socioambiental, voltada à mitigação de impactos negativos e a ampliação dos efeitos positivos da sua implementação.

Vejamos alguns conceitos básicos do ESG fornecidos pela ABNT PR 2030.

5.1.1 O que é o ESG

O ESG pode ser definido como um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos, com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis. Por exemplo, podem ser utilizados por organizações

ao gerenciar suas operações, agentes financeiros e investidores na análise e concessão de crédito e avaliação de investimentos, agentes públicos em suas operações, entre outros. Integram esta análise, mas não se limitam a, as seguintes questões:

— Ambientais: abordam impactos negativos e positivos das organizações no meio ambiente.

Consideram mudanças potenciais ou reais com alterações diretas ou indiretas

de ordens física, química e biológica no meio ambiente. São exemplos de impactos ambientais: poluição atmosférica e das águas, contaminação do solo, perda de biodiversidade, mudanças climáticas, melhoria na biodiversidade local, captura de carbono e regeneração florestal.

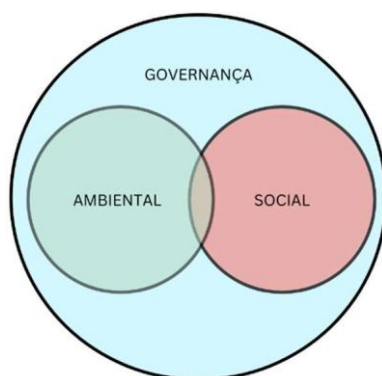
— Sociais: abordam o impacto nas instituições e nas relações humanas, o respeito aos direitos humanos fundamentais, e consideram mudanças potenciais ou reais na comunidade do entorno e trabalhadores (por exemplo, saúde e segurança, cadeia de suprimentos, diversidade e inclusão); e

— Governança: incluem a forma como uma organização é governada e toma decisões, considerando as estruturas e os processos de governança corporativa pelos quais as organizações são dirigidas e controladas (por exemplo, estrutura e diversidade do conselho, conduta ética, gestão de riscos, divulgação e transparência), incluindo a governança das principais políticas e os procedimentos ambientais e sociais.

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

As questões ESG (ambientais, sociais e de governança) devem ser consideradas de forma individual, entretanto são elementos interligados e possibilitam o mapeamento dos riscos e das oportunidades para os aspectos sociais, ambientais e econômicos do negócio, que precisam ser considerados por uma organização que busca ser sustentável (ABNT PR 2030, 2023).

Figura 19: Integração dos eixos ESG

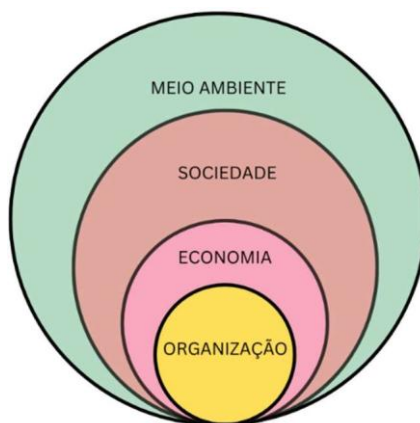


Fonte: ABNT PR 2030, 2023. Adaptações, autora, 2024.

A governança, segundo a ótica trazida pela prática recomendada da ABNT, “tem destaque, no sentido de que é responsável pelo tom de como os temas e critérios ambientais e sociais devem ser conduzidos dentro da estratégia do negócio, bem como estabelece as políticas e os processos necessários para a consecução da estratégia. Os critérios sociais estão interconectados aos ambientais quando as organizações buscam adotar abordagens mais amplas

sobre sustentabilidade” (ABNT PR 2030, 2023, pág., 16).

Figura 20: Visão sistêmica da organização para a sustentabilidade



Fonte: ABNT PR 2030, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

A norma também irá sugerir uma metodologia de integração da Agenda ESG à organização, são eles:

Passo 1 – Conhecer: necessário letramento sobre a temática, a exemplo do capítulo da ascensão do pensamento ambientalista e os conceitos que circundam a temática ESG como o contexto histórico e as metodologias mais utilizadas mundialmente.

Passo 2 – Ter a intenção estratégica: vontade da liderança em incorporar a estratégia causar impacto positivo ou minimamente conhecer e mitigar os impactos negativos da atividade, a Norma aponta neste capítulo alguns elementos essenciais como: a decisão deve vir de cima, ambição por uma mudança transformadora, propósito inspirador e diretrizes estratégicas. Na prática este passo está associado à construção ou a mensuração do desempenho a partir de indicadores estratégicos.

Passo 3 – Diagnosticar: consiste no levantamento de suas práticas de sustentabilidade e o seu nível de estruturação, existem algumas metodologias que direcionam o diagnóstico das organizações a exemplo da ISO 14001, que orienta o levantamento dos aspectos e impactos da atividade em todo o seu ciclo de vida.

Passo 4 – Planejar: determinar a materialidade da organização e a partir disto estabelecer objetivos e metas, mensuráveis a partir de indicadores. A materialidade irá consistir na identificação de quais temas são os mais críticos para a organização ou atividade, representando os maiores riscos e oportunidades ESG.

Passo 5 – Implementar: alteração de estatutos, políticas, do *compliance*, do manual do colaborador e demais diretrizes para que sejam incorporados

conceitos e mecanismos de gestão ESG como o engajamento das partes interessadas e principalmente da alocação de recursos para o alcance das metas estabelecidas.

Passo 6 – Medir e monitorar: a importância de medir e monitorar, sendo certo que aquilo que não medimos não conhecemos, portanto, uma efetiva gestão ESG irá estar ancorada principalmente aqui, na necessária mensuração dos indicadores ambientais, sociais e de governança.

Passo 7 – Relatar e comunicar: são os direcionadores constantes no passo 7 e representam a culminância de uma efetiva gestão ESG, de forma que as organizações após implementar os critérios direcionados, alcançam um desempenho de excelência ao divulgar os seus dados de impacto socioambiental e financeiro de forma pública e auditável.

Fonte: ABNT PR 2030, 2023, com comentários e adaptações da autora, 2024.

A Norma é explícita quanto à variabilidade de temas e possíveis achados no levantamento da materialidade e dos riscos/oportunidades de cada atividade, mas assim como vemos nos indexadores, há um núcleo central de temas que devem ser considerados em todas as atividades. Em resumo o quadro de indicadores sugeridos pela ABNT PR 2030 é como vemos no quadro a seguir:

Figura 21: temas sugeridos pela ABNT PR 2030

AMBIENTAL	SOCIAL	GOVERNANÇA
Mudanças climáticas	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Governança corporativa
Recursos hídricos	Direitos humanos	Conduta empresarial
Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	Diversidade, equidade e inclusão	Práticas de controle e gestão
Economia circular e gestão de resíduos	Relações e práticas de trabalhos	Transparência na gestão
Gestão ambiental e prevenção da poluição	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	

Fonte: ABNT PR 2030, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

As bases normativas como fundamentais à aplicação da agenda ESG são as a seguir descritas:

Bases normativas

- GRI – Global Report Initiative
- SASB - Sustainability Accounting Standards Board
- ISO – International Organization for Standardization
- GHG Protocol

Bases estruturais (*frameworks*)

- UNGC – United Nations Global Compact / Pacto Global da ONU
- IIRC – International Integrated Reporting Council
- TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosures
- SBTi – Science Based Targets
- CDSB – Climate Disclosure Standards Board
- Accountability

Iniciativas do mercado Financeiro

- IFC – International Finance Corporation
- ISE B3 – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3

Outros

- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)
- Instituto Ethos – Responsabilidade Social /Indicadores Ethos
- Sistema B – Brasil / B Impact Assessment (BIA)
- Taxonomia Verde da União Europeia
- World Economic Fórum

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

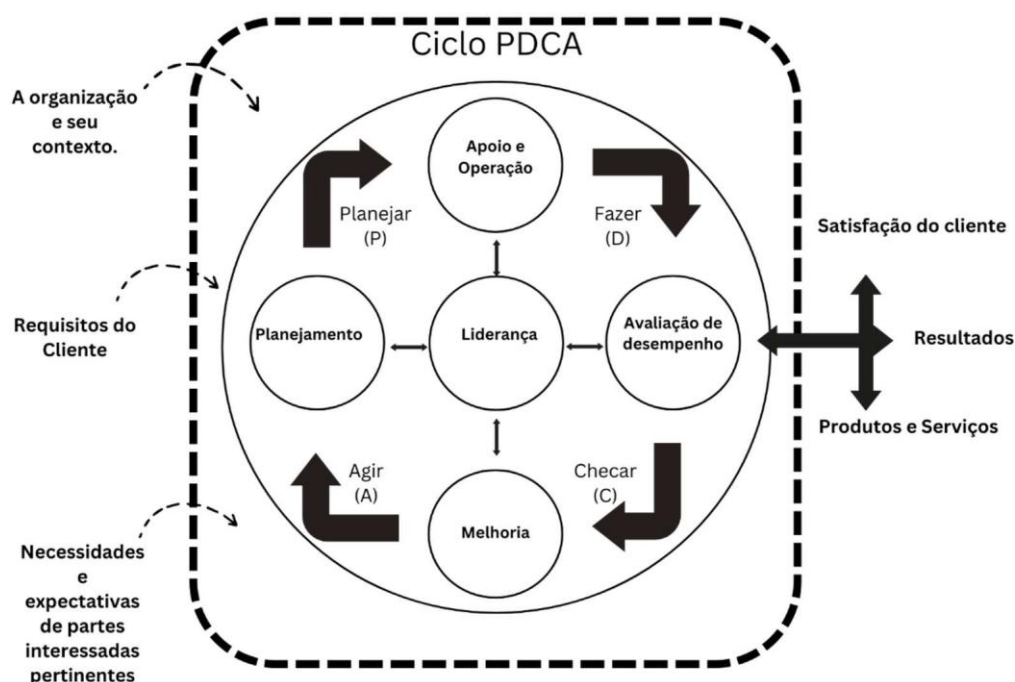
Neste estudo, nos debruçaremos nas bases normativas, abordando alguns critérios específicos dos *frameworks* e das outras iniciativas listadas.

2.7.2 ISO 14.001/2015

A ISO 14.001 é a norma técnica da série de normas ISO que irá padronizar os sistemas de gestão ambiental (SGA), iniciando desde a compreensão da organização e o seu contexto, passando pelo levantamento dos aspectos ambientais e chegando até o monitoramento do alcance destes objetivos através de indicadores.

A sua base metodológica é conhecida como PDCA ou planejar (P), fazer (F), checar (C) e agir (A), conforme vemos na figura a seguir:

Figura 22: Ciclo PDCA



Fonte: ISO 14.001/2015, adaptações da Autora, 2024.

O ciclo PDCA vai indicar a metodologia mais apropriada para um Sistema de Gestão Ambiental, orientando que as questões que irão alimentar o planejamento serão: i) Necessidades e Expectativas de partes interessadas, ii) Requisitos do cliente, iii) A organização e seu contexto.

Os objetivos e monitoramento devem estar diretamente ligados à alta direção, a qual conforme demonstrado na figura deve estar no centro do SGA.

A satisfação do cliente e os resultados são o alimento para a etapa de avaliação do desempenho, o que direciona para a escuta das partes interessadas e ao contínuo processo de melhoria.

As necessidades e expectativas das partes interessadas devem ser fruto de um mapeamento dos principais *stakeholders*, o que demanda o entrosamento com especialistas e com a academia no sentido de levantar os seus principais relacionamentos comerciais.

O mapeamento de partes interessadas é fundamental para planejar um sistema de gestão ESG, assim podemos seguir a ótica e a abordagem da norma, que em seu item 4.2, cuidou em estabelecer o seguinte:

4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas A organização deve determinar:

- a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão ambiental;
- b) as necessidades e expectativas pertinentes (ou seja, requisitos) dessas partes interessadas;
- c) quais dessas necessidades e expectativas se tornam seus requisitos legais e outros requisitos.

Assim, como exemplo, trazemos no quadro a seguir um mapeamento realizado considerando um produtor agrícola, vejamos:

Quadro 6: Expectativas e Necessidades das Partes Interessadas

DIRETAS		INDIRETAS	
EXPECTATIVAS E NECESSIDADES		EXPECTATIVAS E NECESSIDADES	
Colaboradores e Sócios	Acesso à crescimento econômico e trabalho digno. Realização de sonhos profissionais.	Parceiros	Parcerias de benefícios mútuos
Consumidor Final e Revendedores	Preço, qualidade e tempo de entrega.	Inspirações (mercado)	Buscar referências de mercado que possam servir para aprimorar o modelo de negócio ou inspirar outros negócios a melhorarem.
Fornecedores	Relacionamento forte, atendimento aos requisitos ambientais e de qualidade.	Comunidade	Pensar em como o negócio pode contribuir para a comunidade, compartilhando conhecimento, oferecendo boas referências de trabalho e comércio justo.
Produtores de agrícolas	Segurança, atendimento e apoio nas negociações para a exportação.	Sociedade	Como o negócio se posiciona frente aos desafios da sociedade como um todo e de que forma apoia causas e constrói um ambiente de trabalho diverso, inclusivo e ético.
Consultorias e Assistências Técnicas	Buscar nas consultorias e assistências técnicas (ex: agrônomo) novas técnicas e soluções para aumentar o desempenho socioambiental.	Administração Pública	Para além dos requisitos legais, de que forma o negócio impulsiona mudanças necessárias através de advocacy (ativismo corporativo) e de que forma articula incentivos para o desenvolvimento do setor.

Terra	Levar em consideração os melhores interesses do meio ambiente, protegendo o solo, os mananciais e o ecossistema, evitando sob todas as formas a degradação ambiental.	Academia	Parcerias com instituições de ensino e desenvolvimento de pesquisas, buscando novas tecnologias e formas mais eficientes e sustentáveis para o manejo do cultivo. (olhar especial para instituições de ensino de agroecologia e permacultura).
-------	---	----------	--

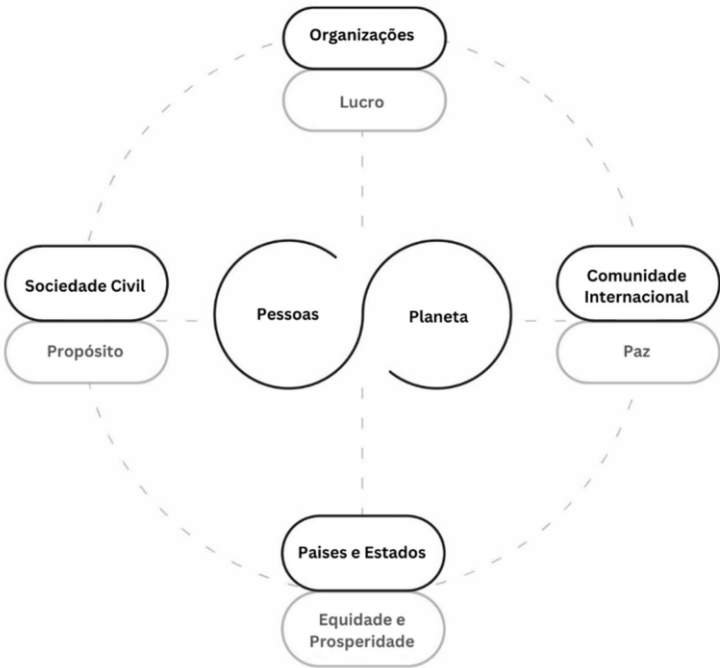
Fonte: ISO 14.001/2015, acréscimos da autora, 2024.

A partir do entendimento acerca das partes interessadas, ou principais *stakeholders* podemos estabelecer o escopo de atuação do SGA e o contexto da organização.

A visão sobre as partes interessadas é fundamental para que o planejamento atenda às necessidades e aos objetivos esperados da organização, afinal *stakeholders* são as pessoas ou organizações que podem ser afetadas por decisões da companhia (ISO 9000/2005).

Nos tempos atuais, o conceito de capitalismo de stakeholder, (Klaus Schwab e Peter Vanham, 2020) propõe a inclusão das pessoas e do planeta no centro, vejamos na figura ilustrativa a seguir.

Figura 23: Pessoas e Planeta no Centro do Modelo de Stakeholder Global



Fonte: Klaus Schwab e Peter Vanham, 2020, tradução, autora, 2024.

O que abre a possibilidade do mapeamento dos aspectos ambientais que, conforme veremos no item 6.1.2, deve ser realizado considerando o ciclo de vida daquela atividade, as atividades, produtos e serviços, vejamos:

6.1.2 Aspectos ambientais

Dentro do escopo definido no sistema de gestão ambiental, a organização deve determinar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços os quais ela possa controlar e aqueles que ela possa influenciar, e seus impactos ambientais associados, considerando uma perspectiva de **ciclo de vida**. Ao determinar os aspectos ambientais, a organização deve levar em consideração:

- a) mudanças, incluindo desenvolvimentos planejados ou novos, e atividades, produtos e serviços novos ou modificados;
- b) condições anormais e emergências razoavelmente previsíveis. A organização deve determinar aqueles aspectos que têm ou podem ter um impacto ambiental significativo, ou seja, os aspectos ambientais significativos, por meio do uso de critérios estabelecidos. A organização deve comunicar seus aspectos ambientais significativos, entre os diversos níveis e funções da organização, como apropriado. A organização deve manter informações documentadas de seus: — aspectos e impactos ambientais associados; — critérios utilizados para determinar seus aspectos ambientais significativos; — aspectos ambientais significativos.

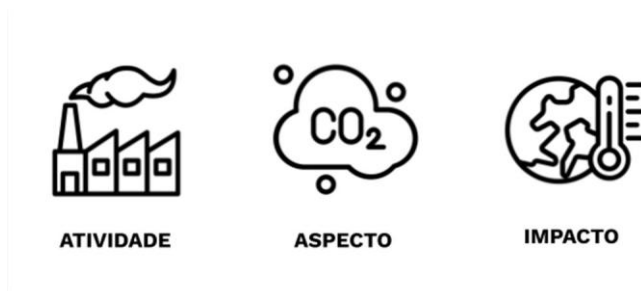
NOTA Os aspectos ambientais significativos podem resultar em **riscos e oportunidades** associados tanto com os aspectos ambientais adversos (ameaças) como com os impactos ambientais benéficos (oportunidades).

Fonte: ABNT ISO 14.001/2015, grifos da autora, 2024.

Analogamente, podemos compreender os aspectos ambientais como aspectos ESG, onde a partir da análise do ciclo de vida da atividade é possível mapear os principais aspectos e impactos socioambientais de determinada atividade.

Os aspectos irão corresponder às características da atividade, então se temos como base uma atividade agropecuária, os seus impactos estarão relacionados àquelas, como a emissão de gases de efeito estufa, conforme vemos na figura a seguir:

Figura 24: Análise de Aspectos e Impactos



Fonte: Autora, 2024.

O ciclo de vida do produto ou da atividade será uma ferramenta mandatória para mapear as características e os impactos associados à cada aspecto que irá consistir em riscos e oportunidades socioambientais, vejamos na figura a seguir um exemplo de análise de ciclo de vida e suas etapas.

Figura 25: Análise de Ciclo de Vida do Produto (ACV)



Fonte: Autora, 2024.

Na figura, temos uma representação imagética de como cada fase pode ser analisada e seus aspectos associados, por exemplo: A escolha das matérias-primas terá um impacto significativo em todo o ciclo de vida, assim a pormenorização dos aspectos ESG associados à esta fase irá se desdobrar na escolha dos fornecedores, escolha dos materiais, das espécies, da qualidade, da aquisição de produtos químicos e a gestão destes temas dentro de uma ótica de priorização.

A abrangência deve ter uma visão 360°, considerando para cada fase do ciclo de vida, os impactos mais relevantes e que serão monitorados dentro do Sistema de Gestão Ambiental.

Na prática, um levantamento de aspectos e impactos com base na Norma ISO 14.001/2015, será constituído de: i) expectativas e necessidades das partes interessadas e ii) análise do ciclo de vida, trazemos um exemplo de como o levantamento de aspectos e impactos pode ser realizado, exemplificativamente, trazemos a primeira fase e o mapeamento dos seus impactos associados, vejamos no quadro a seguir.

Quadro 7: Quadro exemplificativo do levantamento impactos

Atividade	Aspectos	Principais Impactos
Aquisição	Uso de insumos	Extração de matéria-prima
Manufatura	Operações	Emissão de Carbono
Manufatura	Operações	Consumo de Energia
Manufatura	Operações	Consumo de Água
Contratação de mão-de-obra	Trabalhadores	Práticas trabalhistas
Contratação de mão-de-obra	Trabalhadores	Diversidade e Inclusão
Contratação de fornecedores		
Gestão de requisitos legais	Direitos Humanos	Risco de violações
	Respeito às leis	Risco de penalizações
Engajamento e Fortalecimento da Marca.	Campanhas de voluntariado.	Imagem corporativa
	Investimentos em projetos da comunidade local.	Relações Comunitárias.

Fonte: Autora, 2023.

A partir desta compreensão é possível delimitar o impacto e os riscos associados a cada atividade, sendo fundamental a definição de objetivos do sistema de gestão ESG, ou seja, o controle dos principais riscos e dos seus impactos adversos.

Quadro 8: Aspectos e Impactos

ATIVIDADE	ASPECTO	IMPACTO	RISCO	INDICADOR	OBJETIVOS
Matéria-prima	Opção de compra de: - Sementes - Adubos - Combustível - Maquinário - Insumos	Gera o risco de: - Toxicidade. - Emissão de GEE. - Normas mais severas pelo uso de produtos químicos.	Alto	- Número de pesticidas e herbicidas adquiridos. - Litros de combustível fóssil adquiridos. - Produtividade das máquinas x consumo em litros.	1) Reduzir o risco de contaminação dos corpos hídricos pelo uso de agrotóxicos. 2) Reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa.

Fonte: Autora, 2024.

Adicionalmente, a norma irá orientar as organizações a fazerem o levantamento dos seus requisitos legais, visto que além das expectativas e necessidades das partes interessadas, é fundamental o estrito cumprimento de todas as normas aplicáveis à organização, vejamos o item 6.1.3 a seguir:

6.1.3 Requisitos legais e outros requisitos A organização deve:

- a) determinar e ter acesso aos requisitos legais e outros requisitos relacionados a seus aspectos ambientais.
- b) determinar como estes requisitos legais e outros requisitos aplicam-se à organização.
- c) levar requisitos legais e outros requisitos em consideração quando estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente seu sistema de gestão ambiental. A organização deve manter informação documentada de seus requisitos legais e outros requisitos.

NOTA Requisitos legais e outros requisitos podem resultar em riscos e oportunidades para a organização.

Assim, temos que, conforme o texto da nota, os requisitos legais e os demais requisitos, do cliente, por exemplo, se tornarão o conjunto de riscos e oportunidades para a organização.

Por fim, feitos os levantamentos necessários é o momento para planejar o Sistema de Gestão Ambiental, consolidando os objetivos e metas ao redor dos riscos e das oportunidades mapeadas.

Deve ser estabelecida uma política ambiental, que consiste no posicionamento daquela empresa em relação aos temas socioambientais e a sua governança, bem como os princípios, os objetivos, as metas, as responsabilidades, a devida comunicação, o treinamento, o monitoramento e o reporte.

Desta forma, conseguimos vislumbrar o ciclo do PDCA girando continuamente no sentido de que as ações planejadas precisam ser monitoradas a partir de indicadores, com a efetiva comunicação e engajamento de todas as partes interessadas.

Então, podemos perceber que a base normativa ISO é suficiente para desenvolver os estudos e as análises necessárias ao levantamento dos indicadores ESG, principalmente por analogia às metodologias das normas da família ISO.

2.7.3 Global Reporting Initiative

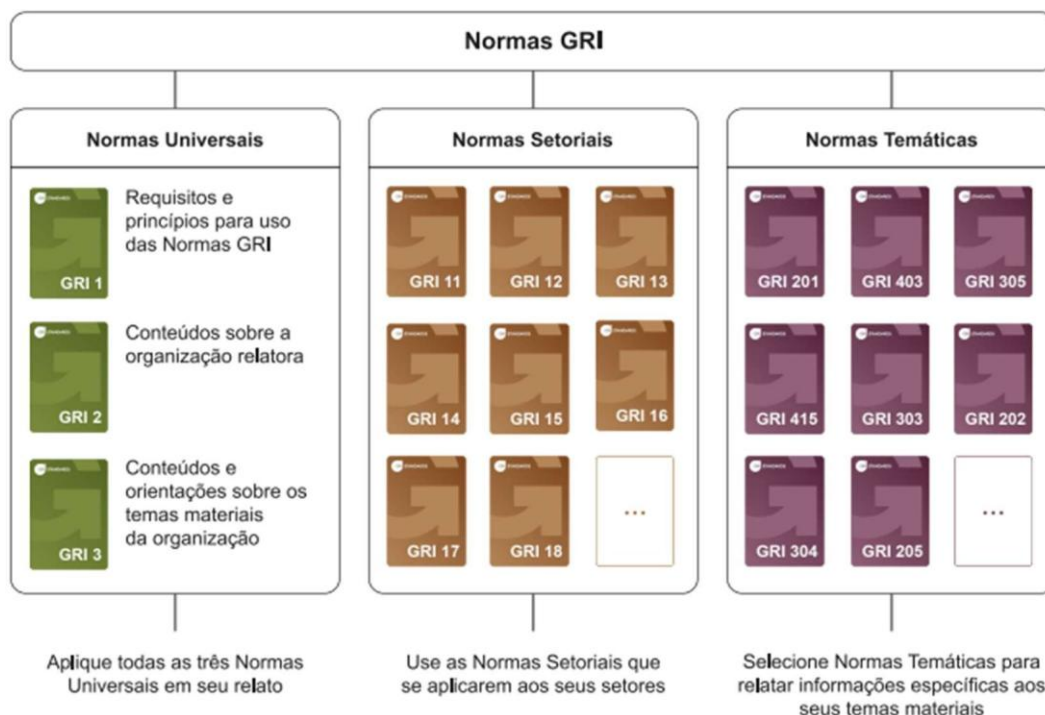
O GRI ou *Global Reporting Initiative* é uma organização sem fins lucrativos que existe há pelo menos 25 anos e estabelece os diversos critérios que devem ser reportados nos relatórios de sustentabilidade.

Os padrões GRI ajudam as empresas a comunicarem seu desempenho em áreas como meio ambiente, direitos humanos e anticorrupção. Os indicadores GRI são amplamente utilizados por empresas em todo o mundo para medir e relatar seu impacto socioambiental, promovendo a transparência e a *accountability*.

Refere-se à principal iniciativa global de parametrização e padronização dos relatos de sustentabilidade, entre os seus requisitos, estão os padrões universais e as normas setoriais que indicam informações específicas dependendo do contexto do negócio.

As normas GRI são modulares composto por três séries de padrões para serem usados em conjunto: Padrões Universais, Padrões Setoriais e Padrões Temáticos, vejamos na figura a seguir.

Figura 11: Esquema das normas GRI



Fonte: GRI, 2023.

Como requisitos mínimos a Norma GRI 1, relaciona os seguintes itens que devem ser levados em conta e mensurados para dar início ao reporte dos impactos, será necessário em primeiro lugar conduzir uma série de estudos e levantamentos, vejamos.

- Requisito 1: Aplicar os princípios de relato.
 - Requisito 2: Relatar os conteúdos da Norma GRI 2: Conteúdos Gerais 2021.
 - Requisito 3: Definir os temas materiais.
 - Requisito 4: Relatar os conteúdos da Norma GRI 3: Temas Materiais 2021.
 - Requisito 5: Relatar conteúdo das Normas Temáticas da GRI para cada tema material.
 - Requisito 6: Apresentar motivos para omissão em conteúdos e requisitos que a organização não puder cumprir.
 - Requisito 7: Publicar um sumário de conteúdo da GRI.
 - Requisito 8: Apresentar uma declaração de uso.
 - Requisito 9: Comunicar a GRI.
- Fonte: GRI, 2023.

A Norma GRI 1 – Fundamentos, determina os padrões universais que irão direcionar os relatos de sustentabilidade. Os princípios estabelecidos são: i) exatidão, ii) equilíbrio, iii) clareza, iv) comparabilidade, v) completude, vi) contexto da sustentabilidade, vii) tempestividade, viii) verificabilidade (GRI, 2023).

O conteúdo geral da Norma GRI 2 – Conteúdos Gerais, irão abordar mais propriamente as informações acerca da empresa como a propriedade, a frequência do relatório, a governança e o engajamento das partes interessadas. Vejamos os requisitos.

Quadro 9: Requisitos da Norma GRI 2 – Conteúdos Gerais.

Item GRI	Informação
2-1	Detalhes da organização
2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato
2-4	Reformulações de informações
2-5	Verificação externa
	ATIVIDADES
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios
2-7	Empregados
2-8	Trabalhadores que não são empregados
	GOVERNANÇA
2-9	Estrutura de governança e sua composição
2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos
2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos
2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade
2-15	Conflitos de interesse
2-16	Comunicação de preocupações cruciais
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança
2-19	Políticas de remuneração
2-20	Processo para determinação da remuneração
2-21	Proporção da remuneração total anual
	ESTRATEGIAS POLÍTICAS E PRÁTICAS
2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável
2-23	Compromissos de política
2-24	Incorporação de compromissos de política
2-25	Processos para reparar impactos negativos

2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações
2-27	Conformidade com leis e regulamentos
2-28	Participação em associações
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDER	
2-29	Abordagem para engajamento de stakeholders
2-30	Acordos de negociação coletiva

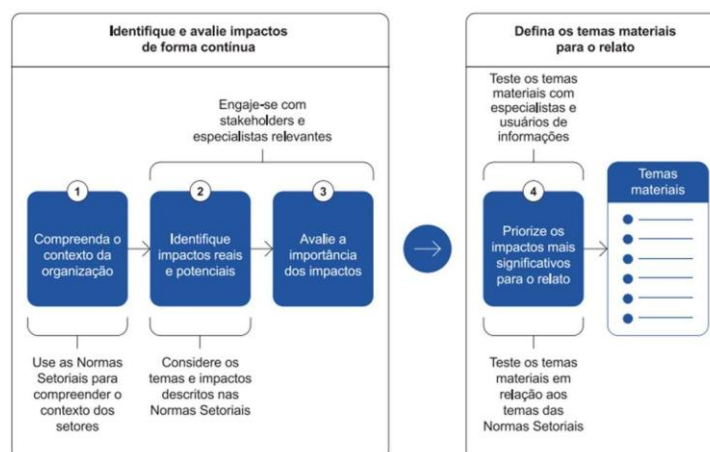
Fonte: GRI, 2023.

O Requisito 3, demanda pelo levantamento dos temas materiais, sobre o tema é importante destacar que esse critério é central na análise e na definição dos indicadores que serão monitorados e reportados.

A materialidade consiste em um mapeamento dos principais temas associados à companhia e que representam os impactos mais significativos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive em relação à possíveis violações de direitos humanos.

A seguir, trazemos na figura o fluxograma indicado pelo GRI para que os temas materiais sejam identificados.

Figura 26: Fluxograma da análise de materialidade



Fonte: GRI-3, 2023.

Assim, conforme demonstrado na figura anterior, os temas materiais devem ser identificados a partir da análise do contexto da organização, a orientação é a de que se observe as normas setoriais onde as experiências de outras empresas guiam os parâmetros básicos para cada setor.

Neste quesito é importante também ressaltar que a orientação por setor serve como base para o levantamento de temas materiais, entretanto, caso existam questões peculiares ao negócio que não estejam representadas nas normas setoriais, estas devem ser incluídas a partir de um estudo aprofundado nos aspectos e impactos da organização, como visto na ISO 14001.

Em continuidade, a GRI 3 – Temas Materiais, estabelece que o procedimento de levantamento dos temas materiais deve ser reportado, assim como a lista dos temas e a gestão de cada um dos indicadores associados.

REQUISITOS

A organização deverá descrever o processo seguido para definição dos temas materiais, incluindo:

- i. como ela identificou impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos, em todas as suas atividades e relações de negócios.
- ii. como ela priorizou os impactos para o relato com base na importância.
 - a. especificar os stakeholders e especialistas cujos pontos de vista embasaram o processo de definição de temas materiais.

Fonte: GRI, 2023.

Desta forma, os requisitos na norma GRI 3 – Temas Materiais, irão tratar dos temas materiais, o seu processo de identificação, os temas e a forma de gerir cada um dos temas através de indicadores quantitativos, qualitativos e das práticas em sustentabilidade empresarial. Vejamos os requisitos abaixo listados.

Quadro 10: Requisitos na norma GRI 3 – Temas Materiais

3-1	Processo de definição de temas materiais	Recomenda-se que a organização organize seus impactos do mais para o menos significativo e defina um ponto de corte ou limiar para definir quais impactos ela irá focar em seu relato. Recomenda-se que a organização documente esse limiar. Para facilitar a priorização, recomenda-se que a organização agrupe os impactos em temas.
3-2	Lista de temas materiais	Para cada tema material relatado conforme descrito no Conteúdo 3-2, a organização deverá: a. descrever os impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos. b. relatar se a organização está envolvida com impactos negativos por meio das suas atividades ou como resultado das suas relações de negócios, e descrever as atividades ou relações de negócios. c. descrever suas políticas ou compromissos para com os temas materiais.
3-3	Gestão dos temas materiais	Descrever as medidas tomadas para gerenciar o tema e os impactos a ele relacionados, entre as quais:

		i. medidas para prevenir ou mitigar impactos negativos potenciais; ii. medidas para abordar impactos negativos reais, inclusive medidas para providenciar sua reparação ou cooperar com ela. Relatar as seguintes informações sobre o rastreamento da eficácia das medidas tomadas: i. processos usados para rastrear a eficácia das medidas. ii. objetivos, metas e indicadores usados para avaliar o progresso. iii. a eficácia das medidas, inclusive o progresso rumo aos objetivos e às metas. Aprendizados e como foram incorporados nas políticas e procedimentos operacionais da organização. descrever como o engajamento com stakeholders embasou as medidas tomadas (3-3-d) e como a organização informou se as medidas foram eficazes (3-3-e).
--	--	--

Fonte: GRI, 2023.

Por fim, temos que a padronização realizada pelo Global Reporting Initiative consiste em uma gama de requisitos e a demonstração da prática da gestão dos indicadores ESG, todos estes requisitos irão fazer referência ao padrão mínimo exigido para os relatórios de sustentabilidade, importante ferramenta de governança e transparência corporativa, item mandatório para se posicionar dentro da ótica ESG.

Conforme visto anteriormente, a união europeia regulamentou a prática dos relatos de sustentabilidade, de forma que podemos vislumbrar a normatização deste e de outros *frameworks* de aplicação ESG.

2.7.4 Sustainability Accounting Standards Board - SASB

O SASB, por sua vez, corresponde à *Sustainability Accounting Standards Board*, ou conselho de padrões verificáveis de sustentabilidade em tradução livre, consiste em uma organização sem fins lucrativos que através dos seus padrões de sustentabilidade disponíveis para 77 setores, identificam os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, acesso a financiamento e custo de capital a curto, médio ou longo prazo, e os tópicos e métricas de divulgação com maior probabilidade de serem úteis para os investidores (SASB, 2024).

A organização disponibiliza o levantamento da materialidade com os riscos mais relevantes por setor, uma ferramenta potente e mandatória para a aplicação da agenda ESG.

A construção dos temas materiais é colaborativa e é fruto de um amplo processo de discussão entre especialistas e partes interessadas das mais diversas companhias ao redor do mundo e os múltiplos setores (SASB, 20224).

Em agosto de 2022, o International Sustainability Standards Board (ISSB) da IFRS Foundation assumiu a responsabilidade pelos Padrões SASB. O ISSB se comprometeu a manter, aprimorar e evoluir os Padrões SASB e incentiva os preparadores e investidores a continuarem a usar os Padrões SASB (SASB, 2024).

As métricas podem ser categorizadas das seguintes maneiras:

- Métricas "baseadas no setor" são aquelas adaptadas a um contexto específico do setor.
- Métricas "agnósticas em relação à indústria" são aquelas que podem ser usadas para medir o desempenho de um tópico em uma variedade de contextos industriais diferentes.
- Métricas "intersectoriais" são aplicadas consistentemente em todos os setores.

Fonte: SASB, 2024.

As normas SASB, irão definir alguns direcionamentos básicos necessários à efetiva implementação dos padrões de sustentabilidade adotados por todos os setores e aqueles específicos do setor em questões, que como vimos, as normas abrangem 77 setores e atividades econômicas (SASB, 2018).

Os requisitos universais estarão presentes de forma mais destacada ou menos dependendo do setor, entretanto, como explanado, os impactos que atingem todos os setores como as mudanças climáticas ou direitos humanos, devem ser avaliados e priorizados de acordo com as características específicas da atividade, da organização, do setor, da região onde está baseado e nas suas leis, são as chamadas questões idiossincráticas e devem ser acrescidas ou ajustadas em caso de as normas universais do SASB ou de qualquer outra metodologia, não alcançar por completo os aspectos e os impactos que envolvem aquela atividade.

Assim, uma avaliação própria da atividade ou da organização é mandatória, de forma que possíveis distorções ou omissões possam ser sanadas no levantamento dos riscos significativos.

Figura 27: questões universais de sustentabilidade SASB.



Fonte: SASB, tradução, autora, 2024.

O SASB considera seus temas universais a partir de cinco grandes eixos: i) meio ambiente, ii), capital social, iii) capital humano, iv) modelo de negócio & inovação, v) liderança e governança.

Desta forma, a análise de impactos e a sua materialidade por setor vai se dar dentro desta mandala, a partir dos seus temas universais, conforme vemos no quadro a seguir.

Quadro 11: Padrões Universais SASB

Dimensão	Categoria Geral
Meio Ambiente	Emissões de Carbono - GHG Protocol
	Qualidade do Ar
	Gestão da Energia
	Água e Gestão Hídrica
	Lixo e Gestão de Materiais Perigosos
	Impactos Ecológicos
	Direitos Humanos e Relações Comunitárias

Capital Social	Privacidade do Cliente
	Segurança de Dados
	Acessibilidade financeira (<i>affordability</i>)
	Qualidade e segurança do produto
	Bem-estar do cliente e Rotulagem
Capital Humano	Práticas trabalhistas
	Saúde e bem-estar de trabalhadores
	Engajamento, diversidade e inclusão
Modelo de Negócio & Inovação	Design do produto e Gestão do Ciclo de Vida
	Resiliência do Modelo de Negócio
	Gestão da Cadeia de Fornecedores
	Impactos físicos das mudanças climáticas
Liderança e Governança	Ética nos negócios
	Comportamento Competitivo
	Gestão do ambiente legal e normativo
	Gestão dos riscos de incidentes críticos
	Gestão de riscos sistêmicos

Fonte: SASB, tradução, autora, 2024.

Como amostragem, levantamos o setor da agricultura e dos produtos agrícolas, permitindo uma melhor comparabilidade com os requisitos apresentados pelo GRI no capítulo anterior, onde levantamos os temas da norma setorial de Agropecuária, Aquicultura e Pesca. Conforme vemos na figura a seguir.

O direcionamento ou a sugestão de temas materiais, é fruto de um processo de escuta de partes interessadas e da análise da experiência de outras organizações do mesmo setor, representam os riscos mais relevantes, existindo uma liberdade de, discricionariamente a organização ou atividade incluir ou suprimir itens com a devida fundamentação.

É importante salientar que a abordagem das normas e metodologias ESG não são contraditórias entre si, as metodologias de padronização globais, caminham no mesmo sentido, visto que são ferramentas que operam em troca simbiótica, favorecendo e reforçando uma à outra, mas inconsistências são comuns.

Por conclusão, podemos compreender que o levantamento de temas materiais irá corresponder principalmente à análise das características e dos impactos associados àquela atividade, devendo ser consideradas as metodologias e padronizações globais, entretanto não de forma exaustiva, as metodologias devem orientar e não limitar a visão de impacto da Agenda

ESG.

Assim, conforme o próprio SASB coloca, a empresa é que irá definir por fim, quais os temas são de fato materiais para a sua atividade/localização, principalmente a partir da escuta das suas partes interessadas, no que chamaremos de dupla verificação de materialidade, que será explicado a seguir.

Sendo assim, chegamos ao fim do capítulo acerca das normas técnicas com um desafio importante, que é aquele de compilar e simplificar as metodologias até então descritas de uma forma democrática, possibilitando que um número maior de pessoas possa ter acesso à uma capacitação de qualidade sobre o tema ESG.

4. Por que implementar a Agenda ESG?

Muitos são os motivos para implementar a efetiva mensuração dos impactos e oportunidades socioambientais de qualquer atividade humana, entretanto, a ascensão do tema, se deve principalmente, após a experiência do advento da mensuração ESG demonstrar na prática, através dos indexadores, que as companhias que monitoram e reportam seus dados socioambientais e de governança, tendem a se tornar não somente mais resilientes, mas mais lucrativas em médio e longo prazo.

Isso ocorre porque com a implementação das boas práticas da Gestão ESG, a organização desenvolve um poder de alcance em relação às oportunidades que se revelam a partir de um olhar ESG apurado.

A alta adesão de organizações às práticas de ESG se explica pelas inúmeras vantagens a elas conferidas. É certo que um empreendimento sustentável atrai estabilidade, uma vez que as práticas da pauta ESG auxiliam a empresa a planejar seu crescimento e evitar eventuais desajustes.

De acordo com pesquisa recente, estimou-se que a agenda ESG, no mundo, deve atrair US\$53 trilhões em investimentos em 2025 (BLOOMBERG, 2021). Isso porque, diante de um cenário de crise climática, pautas como sustentabilidade, saúde e segurança têm ganhado espaço expressivo na gestão de negócios, revelando o urgente compromisso das organizações com a redução de seus impactos negativos.

Nos últimos anos, verifica-se uma preocupação crescente do mercado com questões socioambientais e de governança corporativa inclusiva, um alinhamento com o conceito de sustentabilidade, ética e inclusão.

A busca por investimentos conscientes tem crescido no mundo, não à toa a busca por implementar práticas socioambientais e mensurá-las se tornou não só um ato de responsabilidade social corporativa, mas um instrumento de atração das melhores carteiras de investimentos.

Através da análise dos indicadores de ESG é possível compreender quais os pontos de atenção e em quais áreas o negócio melhor desempenha.

Neste sentido, é importante salientar que a agenda ESG ultrapassou o limiar do ativismo sociopolítico, até mesmo as demandas para empresas de capital aberto do mercado financeiro e é atualmente uma prática mandatória de gestão empresarial e um elemento determinante para o futuro dos negócios em um planeta que irá demandar cada vez mais por responsabilidade em relação aos recursos comuns, ou aqueles direitos que pertencem a todos.

Uma prática fundamental na gestão das empresas, visto que conforme o levantamento legislativo mundial, a tendência é a regulamentação das atividades mercantis e a mensuração é a chave para efetivar essa agenda fundamental à transição verde no planeta.

4.1 A múltipla crise ambiental e o seu viés econômico

Estamos vivendo em um planeta à beira do colapso, vários sintomas apontam para isto: a crescente desigualdade social, perda da biodiversidade e principalmente os eventos climáticos extremos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, OMS, mais de 500.000 pessoas entre os anos de 2000 e 2019, morreram devido a eventos climáticos extremos como tempestades, inundações, seca e ondas de calor (World Health Organization, 2024).

Apenas no Brasil, são mais de 4 mil mortes e pelo menos 62.273 desastres climáticos entre 1991 e 2022, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (CEMADEN, 2022; Greenpeace, 2024).

Os eventos climáticos extremos não apenas causam inúmeras mortes e prejuízos, mas atingem as camadas da população de forma diferente, a mesma desigualdade que observamos na economia, reverbera na forma como as pessoas são atingidas e a sua capacidade de adaptação.

A crise causada pelo coronavírus está conectada à emergência relacionada à extinção e desaparecimento de espécies, e principalmente à emergência climática. Todas essas crises têm como raiz uma visão de mundo mecanicista, militarista e antropocêntrica, que enxerga os humanos como separados e superiores aos outros seres vivos que podemos dominar, manipular e controlar. Também têm raiz em um modelo econômico baseado na ilusão do crescimento e ganância sem limites que sistematicamente violam a capacidade de nosso planeta e a integridade de ecossistemas e espécies (Shiva, 2020).

Segundo a Oxfam (2017) em um estudo chamado “Uma economia para os 99%”, 1% da população mundial detêm a mesma riqueza dos 99% restantes, ou seja, oito pessoas possuem a mesma riqueza que a outra metade do mundo, evidenciando que o desenho de nossa economia ganhou um contorno injusto, insustentável e polarizado.

Figura 28– Indicadores do Relatório “Uma economia para os 99%”



Fonte: OXFAM, 2016.

O relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, indicou que cerca de 1 milhão de espécies de plantas e animais estão em risco de extinção, muitas delas nas próximas décadas, em virtude da atividade humana, com a destruição de *habitats*, mudanças climáticas, a poluição e a exploração excessiva (IPBES, 2018).

A frequência e a intensidade dos desastres climáticos, como furacões, incêndios florestais e inundações, aumentam, resultando em perdas econômicas substanciais. O Banco Mundial estima que os desastres climáticos causam perdas de cerca de 520 bilhões de dólares por ano à economia (World Bank Group, 2020).

A relação entre economia e recursos naturais é íntima, tendo em vista que o planeta é a fonte de toda matéria-prima. Atualmente estamos no prejuízo, o relatório Living Planet Report produzido pela WWF (2020), organização mundial de conservação, aponta que em 2020 ultrapassamos a biocapacidade da Terra se regenerar em 56%, ou seja, a demanda atual está em 1,56 planetas para suprir as necessidades anuais da humanidade, é como se todo ano pegássemos um empréstimo, não pagássemos e a conta a cada ano só cresce.

O termo economia deriva do grego *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei) ou também gerir, administrar: daí “regras da casa” (lar) e administração da casa, o que reforça a ideia de função de governança da casa comum e da justa distribuição dos recursos (Economia, 2024).

Uma das definições que capturam muito da ciência econômica é a de Robbins (2012, p. 15) em “um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica”, que define que “economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos”.

A economia de forma sustentável deve suportar a regeneração dos sistemas naturais e humanos, promovendo a resiliência das fontes de matéria-prima (recursos escassos), incorporando sempre princípios democráticos na gestão da vida em sociedade.

Em um cenário de múltipla crise, o bem-estar da sociedade fica mais distante de ser alcançado e até mesmo ameaçado. Por isso, todos os esforços devem ser feitos no sentido de orientar e cobrar que toda a sociedade, principalmente as empresas adotem práticas que garantam a sustentabilidade e a equidade na gestão dos recursos naturais, que a todos pertencem.

5. Como aplicar a Gestão ESG?

À primeira vista, pode até parecer que as normas relativas à sustentabilidade são múltiplas, contraditórias e complexas, porém uma afetiva agenda de sustentabilidade e gestão ESG deve em primeiro lugar o levantamento das leis e normas técnicas e de padronização utilizadas em todo o mundo.

A exemplo do percurso da Agenda 2030, onde o que temos com os 17 ODS e suas metas, são exatamente um compilado de tudo o que pôde ser realizado entre 1972 e os tempos atuais, da mesma forma segue a temática ESG e a sua forma de aplicar, não se trata de um novo tema apenas, mas particularmente uma forma de compilar e possibilitar uma visão ampla de questões sociais, ambientais e de governança.

Assim, podemos compreender que, o que chamamos de ESG é exatamente a seleção de temas que devem ser monitorados e reportados, visto que representam os riscos e as oportunidades mais relevantes relacionadas à sustentabilidade corporativa.

A moldura para definição dos indicadores vai depender do setor, da atividade, do porte da empresa dentre outros fatores, porém trazemos aqui alguns exemplos de indicadores nos 3 eixos:

Ambiental: Áreas da organização voltadas para o meio ambiente.

Exemplos: consumo de água, consumo de energia elétrica, emissão de gases poluentes, aquecimento global, reciclagem, qualidade do ar e da água, desmatamento, gestão de resíduos, eficiência energética, biodiversidade.

Social: Relaciona-se com a responsabilidade social da organização e seu impacto na comunidade e sociedade.

Exemplos: respeito aos direitos humanos e às leis trabalhistas, segurança do trabalho, salário justo, rotatividade de trabalhadores, pesquisa demográfica, diversidade de gênero, cor, etnia, credo etc., proteção de dados e privacidade, satisfação de clientes, investimento social e relacionamento com a comunidade local.

Governança: Está ligado às políticas, processos e estratégias administrativas das organizações.

Exemplos: Conduta corporativa, composição do conselho e sua independência, existência de canais de denúncias sobre casos de assédio e corrupção, auditorias internas e externas, respeito a direitos dos consumidores, fornecedores e investidores, transparência de dados, remuneração dos executivos, relatórios de impacto, análise de materialidade de impactos, mapeamento de partes interessadas, diagnóstico da organização, forma de gestão,

compliance.

Os eixos ESG são acompanhados de temas e do seu estudo de materialidade, ou sua priorização considerando as características da iniciativa, assim, podemos afirmar que a partir dos eixos devemos aprofundar para compreender os temas e os indicadores de monitoramento.

Assim, o trajeto sugerido para iniciar a Gestão ESG, demanda a adoção de 4 medidas: 1) Avaliação do grau de maturidade ESG, 2) Diagnóstico de impacto socioambiental, segundo a ótica da ISO 14.001/2015, de levantamento de aspectos ambientais, analogamente abordados como Aspectos ESG, 3) Matriz de Materialidade: priorização dos aspectos e impactos segundo a ótica das partes interessadas ou *stakeholder* e 4) Indicadores e Métricas KPIs + ESG + ODS.

Figura 29: Etapas para a implementação da Agenda ESG



Fonte: Autora, 2024.

5.1 Avaliação do grau de maturidade ESG

O passo 1 é a Avaliação do Grau de maturidade ESG, é exatamente aqui que o ciclo se inicia e se retroalimenta, vai consistir no monitoramento prévio e com aplicação anual para monitorar os avanços dos indicadores.

A avaliação do grau de maturidade ESG irá percorrer os temas universais e materiais associados a cada setor ou atividade e analisará o grau de desempenho em cada um destes.

O quadro a seguir representa os estágios de maturidade ESG, por isso, é fundamental que se inicie a jornada pelo reconhecimento de qual grau de maturidade a empresa, atividade

ou projeto encontra-se inserida, especialmente para fins de monitoramento e comparação posterior, vejamos abaixo:

Quadro 12: Estágios de Maturidade ESG

Estágios de maturidade	Descrição
Estágio 1 – Elementar	A organização possui um processo de identificação de atendimento da legislação e restringe-se à abordagem da legislação e requisitos regulamentares (quando pertinente) e/ou trata o tema ou critério de forma incipiente, se não houver requisitos regulamentares obrigatórios.
Estágio 2 – Não integrado	A organização trata o critério de modo inicial por meio de práticas dispersas, ainda não integradas de modo satisfatório com a gestão.
Estágio 3 – Gerencial	A organização trata o critério estabelecendo processos estruturados, mecanismos de controle e melhoria contínua integrados ao modelo de gestão. A organização pode adotar como base as estruturas de sistema de gestão estabelecidas em normas nacionais e internacionais aplicáveis.
Estágio 4 – Estratégico	A organização trata o critério, entendendo os riscos e seus impactos positivos (oportunidades) e negativos (ameaças) relacionados ao negócio (incluindo a cadeia de valor), considerando-os na tomada de decisão estratégica. A organização contribui com soluções para os desafios ESG pela diferenciação de produtos e serviços. A organização estabelece objetivos e metas, e comunica os seus resultados. A organização promove inovação tecnológica ou novos modelos de negócio que viabilizem novas abordagens sobre o tema em questão, maximizando a agregação de valor para o negócio. A organização promove o engajamento das partes interessadas, compreendendo suas expectativas e necessidades, de modo a gerar impactos sociais e ambientais positivos dentro do conceito de valor compartilhado.
Estágio 5 – Transformador	A organização passa por transformações para gerar valor compartilhado e trata o critério de forma a influenciar e catalisar mudanças transformacionais que fortaleçam a pauta ESG em um cenário mais amplo. A organização promove engajamento estruturado com as partes interessadas e grupos impactados neste tema, buscando a superação conjunta das metas estabelecidas e a maximização dos impactos positivos sociais e ambientais. A organização apresenta liderança, buscando protagonismo frente ao seu setor de atividade e cadeias de valor, realizando, de forma sistemática, a defesa do tema com a sociedade, de modo mais amplo para o estabelecimento de programas privados e políticas públicas estruturantes

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

Assim, considerando a relevância da metodologia para avaliar o grau de maturidade ESG pelas organizações, trazemos a representação gráfica dos cinco estágios, conforme vemos na figura a seguir:

É completamente possível identificar o grau de maturidade de uma companhia apenas com a análise de suas práticas internas, o seu grau de gerenciamento e o posicionamento estratégico ESG.

Desenvolvemos um questionário com a aplicação de 24 perguntas divididas nos 3

eixos ESG com o acréscimo da identificação do negócio e o seu posicionamento frente aos ODS, que permitem avaliar o grau de materialidade de uma atividade ou companhia a partir do seu desempenho em temas universais ESG e da Agenda 2030.

O questionário foi desenvolvido para mensurar o grau de desempenho ESG com base nos cinco graus de maturidade indicados pela Norma ABNT PR 2030 e demais metodologias de padronização, como o Global Reporting Initiative (GRI) e o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Figura 30: Estágios de maturidade ESG



Fonte: ABNT PR 2030, 2023, adaptação da autora, 2024.

O questionário poderá ser encontrado [neste link](#). O total de pontos possíveis no questionário é **140 pontos**, considerando a distribuição por grau de maturidade, podemos dividir os pontos da seguinte forma:

1. **Elementar:** 0% a 20% da pontuação total (0 a 28 pontos).
2. **Não Integrado:** 21% a 40% da pontuação total (29 a 56 pontos).
3. **Gerencial:** 41% a 60% da pontuação total (57 a 84 pontos).
4. **Estratégico:** 61% a 80% da pontuação total (85 a 112 pontos).
5. **Transformador:** 81% a 100% da pontuação total (113 a 140 pontos).

5.2 Diagnóstico de Impacto ESG

Temos por Passo 2, o Diagnóstico de Impacto ESG, que consiste no estudo e no diagnóstico do impacto socioambiental, o que propomos a partir da metodologia encontrada na ISO 14.001/2015, utilizando o ciclo PDCA para possibilitar o levantamento dos aspectos e impactos ESG.

Por sua vez, temos o seguinte fluxo metodológico para avaliar os impactos ESG:

Figura 31: Fluxo metodológico Avaliação de Impactos ESG

01	Mapeamento de <i>Stakeholders</i>	• Quem são as minhas partes interessadas? • Se a organização toma uma decisão, a quem pode afetar? • Quais são as organizações, pessoas e entidades as quais a organização se relaciona?
02	Mapeamento de atividades e processos	• Onde se inicia o ciclo de vida do meu produto ou serviço? • Quais as fases e processos necessários à minha atividade? • Quais os impactos associados a cada uma delas?
03	Requisitos legais	• Quais as leis que se aplicam à minha atividade? • Quais as normas técnicas que é necessário seguir? • Quais as normas e acordos setoriais que se aplicam à minha atividade?
04	Aspectos e Impactos	• Quais as características da minha atividade? • Quais as alterações na comunidade, no planeta e nas pessoas que podem ser causados? • Qual o grau desse risco?

Fonte: autora, 2024.

1) Mapeamento de *stakeholders*: compreender quem são as partes interessadas de uma organização ou atividade é o primeiro passo para compreender de que forma promove alterações no meio ambiente, nas sociedades e na economia, principalmente.

Delimitar suas necessidades e expectativas, trazendo estes elementos como basilares ao efetivo planejamento ESG voltado à impactos positivos na gestão e nos *stakeholders*.

2) Mapeamento de atividades e processos: a compreensão da jornada que o produto ou serviço percorre desde a extração da matéria-prima até o descarte ou a logística reversa é o local onde ocorrem todos os impactos associados à atividade.

Assim, propomos a Análise do Ciclo de Vida do Produto ou Serviço (Figura 19), como a metodologia ainda mais apropriada para que se promova o entendimento dos impactos, que irão consistir nos riscos e nas oportunidades.

3) Requisitos legais: o levantando dos requisitos legais de uma organização irá compor o planejamento ESG de forma obrigatória, assim a compreensão destas obrigações deve estar integrada ao levantamento dos riscos e das oportunidades, visto que representam riscos

significativos e não podem ser desconsiderados.

4) Aspectos e Impactos: superados os estudos iniciais, espera-se que as informações levantadas sejam capazes de fornecer a atividade, o aspecto, o impacto, a severidade, a medida para mitigação do risco e a partir de qual indicador que será monitorado o desempenho socioambiental relativo aquele tema.

O resultado esperado é o Diagnóstico de Impacto: avaliação do impacto ambiental e social das atividades, bem como seus riscos e efeitos nos resultados e em outras partes interessadas, como comunidades locais, funcionários e clientes (Quadro 11).

Um mapeamento que como conteúdo mínimo sugere-se: i) atividade, ii) aspectos das atividades e processos, iii) impactos das atividades, iv) gravidade, v) indicadores e metas.

Mapeamento de riscos ESG: identificar os riscos ambientais, sociais e de governança que afetam a organização, tanto interna como externamente, e desenvolver recomendações para mitigá-los.

Esse é só o começo, pensar em uma Agenda ESG que funcione bem para todas as partes interessadas e especialmente para o contexto da organização irá envolver.

O desenho do posicionamento ESG para o contexto do seu negócio exige que lancemos um olhar **multinível** para as organizações que desejam aplicar a metodologia de desenvolvimento e mensuração de impacto socioambiental ESG.

Assim, temos como sugestão a seguinte ferramenta para uma análise multinível com inspiração e adaptação a partir do *Golden Circle* (SINEK, 2009), onde o autor propõe uma visão onde o propósito ou o porquê está no centro.

Propomos um olhar em 3 camadas:

1. Propósito: qual a razão da iniciativa existir?
2. Ações: o que faremos para alcançar nossos objetivos?
3. O que apoiamos: que temas são importantes para nós e de que forma nos articulamos para impulsionar a agenda com outros atores relevantes?

Na imagem a seguir, temos a divisão por camadas, facilitando e simplificando a visão da gestão acerca dos temas mais relevantes, segregando-os a partir do núcleo central da atividade-fim.

Figura 32: Modelagem por camadas



Fonte: Autora, 2023.

A partir da análise por camadas, será possível compreender o que é mais importante para empresa, os impactos mais significativos estarão no primeiro círculo, normalmente relacionados às alterações que a empresa irá causar no meio ambiente e na sociedade, em seguida, podemos avaliar as práticas internas e quais os pontos mais relevantes para a gestão ESG internamente e por fim, aquilo que a empresa atua, de forma voluntária em causas e projetos que não necessariamente dialogam com a sua atividade-fim.

O levantamento de aspectos e impactos irá corresponder à análise da atividade e as alterações que provoca no meio ambiente e na sociedade, assim, a compreensão irá levantar as características e quais os aspectos e impactos associados a cada atividade.

Os aspectos irão corresponder às características da atividade, então se temos como base uma atividade agropecuária, os seus impactos estarão relacionados àquelas, como a emissão de gases de efeito estufa, conforme vemos na figura a seguir:

O ciclo de vida do produto ou da atividade será uma ferramenta mandatória para mapear as características e os impactos associados à cada aspecto que irá consistir em riscos e oportunidades socioambientais, vejamos na figura a seguir um exemplo de análise de ciclo de vida e suas etapas .

Através desta visão é possível realizar o levantamento dos aspectos e impactos associados para cada atividade do ciclo de vida do produto ou serviço (Figura 18 e 19).

5.3 Indicadores e métricas

O passo 4, Indicadores e Métricas KPI + ESG + ODS, irá corresponder a implementação em si do planejamento e monitoramento ESG baseado em indicadores e em dados correspondentes à avaliação da materialidade, assim, temos que estas etapas finais são fundamentais ao sucesso da implementação do que podemos chamar de Sistema de Gestão ESG.

Nesta fase será importante estabelecer a Política ESG ou o Posicionamento ESG como pode também ser chamado, neste documento devem estar descritos os princípios do Sistema de Gestão ESG, os principais impactos e as medidas para mitigá-los, as metas que se pretende alcançar em curto, médio e longo prazo e as métricas que serão utilizadas para a sua medição.

Será importante também estabelecer as responsabilidades por cada uma das metas, associando o seu desempenho às avaliações dos executivos e lideranças da companhia, bem como por suas partes interessadas em representação para os conselhos de gestão.

Sendo assim, podemos consistir os requisitos acima em:

1) Posicionamento ESG: frase ou parágrafo que em poucas palavras descreva o compromisso socioambiental da empresa, nos moldes das características da sua atividade e das expectativas das partes interessadas.

Por exemplo “acreditamos que o impacto verdadeiro que causamos está na vida das pessoas, assim, adotamos a responsabilidade com a nossa comunidade, com o meio ambiente e as pessoas”. Nossos valores (princípios) de sustentabilidade empresarial são: i) foco nas pessoas, ii) responsabilidade com o meio ambiente, iii) escuta ativa, iv) ética corporativa, v) visão de impacto positivo.

2) Principais impactos ou temas materiais: a partir da matriz de dupla materialidade é possível delimitar quais os temas são prioritários e devem estar considerados no planejamento ESG.

Assim, para cada impacto ou risco severo se estabelecerá os resultados pretendidos ou as metas do seu planejamento ESG, eles irão descrever quais as medidas de mitigação e as metas em curto, médio e longo prazo.

É o momento de estabelecer também as métricas ou as medidas que serão utilizadas para esta medição, a exemplo de o aspecto de uma atividade é a fabricação de objetos, um dos seus impactos é emissão de gases de efeito estufa, assim, a métrica para medir o desempenho nesta área vai ser a emissão de CO², esta é a métrica, quando especificamos quanto de carbono é necessário emitir para fabricar cada produto é um exemplo de indicador.

Os indicadores são métricos que conseguem nos dar informações importantes sobre nosso desempenho. Não é só um número, mas algo que nos ajuda a interpretar aquele número, nos ajuda a enxergar as relações.

Os indicadores são amplamente conhecidos no universo corporativo como KPIs ou *Key Performance Indicators* que em tradução livre significa Indicadores-Chave de Performance, conceito que foi desenvolvido por diversos pensadores da administração de empresas como Robert Kaplan e Peter Drucker.

Drucker foi o autor da célebre frase “o que não pode ser medido, não pode ser gerido” (PATRINOS, 2014) e é considerado o pai da administração de empresas e é frequentemente a ele atribuída a prática de gerir os riscos a partir de indicadores.

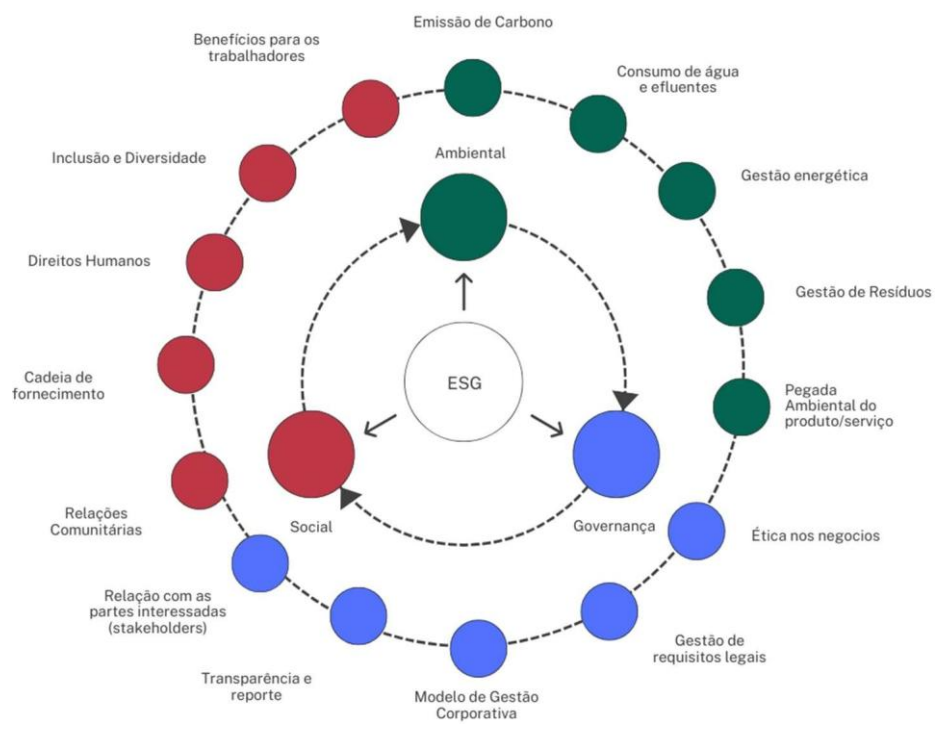
Já a Kaplan é atribuída a evolução da agenda em seu escrito em parceria com David P. Norton, *The Balanced Scorecard*, onde um sistema revolucionário de medição de desempenho permite que as organizações quantifiquem ativos intangíveis, como pessoas, informações e relacionamentos com clientes (Business Harvard Review, 2015).

Desenvolver e implementar indicadores-chave de desempenho (KPIs) para medir o progresso da empresa em relação às suas metas ESG e às metas da Agenda 2030 da ONU irá formar o que iremos chamar de KPIs + ESG + ODS, uma ótica de gestão que inclui os temas ESG na gestão de indicadores-chave e possui a mensuração das metas relativas aos ODS mapeados.

A ABNT PR 2030 irá indicar macrotemas universais que correspondem a cada um dos eixos do ESG, que devem ser aprofundados em um ou mais indicadores que sejam capazes de demonstrar o desempenho da atividade em relação à cada um dos temas.

Na figura a seguir, podemos visualizar como os eixos ESG e os seus macrotemas se relacionam.

Figura 33: Mandala ESG



Fonte: ABNT PR 2030, 2023, adaptações, Autora, 2024.

Cada indicador ou o conjunto de indicadores deve estar relacionado aos temas materiais da atividade, representando as práticas e a forma de gestão daqueles que são os principais riscos para o negócio e as suas partes interessadas, vejamos de forma exemplificativa como definir indicadores associados aos temas e às práticas de gestão.

Quadro 13: Eixos, temas, práticas e indicadores ESG

EIXO	TEMA	PRÁTICAS	INDICADORES
AMBIENTAL (E)	Emissão de Carbono	- Gestão da missão do carbono em suas atividades	E.1 Emissões em tCO2e
	Consumo de água e efluentes	- Gestão de recursos hídricos	E.2 Consumo em lts E.3 Fontes Hídricas: % em fontes renováveis. E.4 Tratamento e reaproveitamento de esgoto
	Gestão energética	- Gestão do consumo e das fontes de energia	E.5 Consumo em kwts E.6 Fontes de energia: % em fontes renováveis.
	Gestão de resíduos	- Gestão da produção de resíduos e sua destinação.	E.7 Geração de resíduos por tipo em kgs E.8 % reciclagem E.9 % aterro sanitário E.10 % compostagem ou biodigestão
	Pegada ambiental do	- Análise do ciclo de vida	E.11 Controle da revisão

	produto/serviço	do produto/serviço e seus impactos	periódico da ACV
SOCIAL (S)	Relação com a comunidade	- Investimento privado em desenvolvimento social local	E.12 \$ Investidos no ano E.13 Índice de retorno social
	Cadeia de fornecimento	- Gestão de fornecedores	E.14 Avaliação de fornecedores significativos E. 15 % fornecedores do mercado local E.15 % de fornecedores com critérios de diversidade
	Direitos Humanos	- Manuais de conduta e proteção aos Direitos Humanos	E.16 Número de denúncias – canal de ética. E.17 Existência de práticas internas de <i>compliance</i> e requisito de documentos
	Inclusão e Diversidade	- Mão-de-obra diversa e integrada desde a cultura da empresa até as questões rotineiras.	E.18 Dados demográficos com recorte de gênero, cor, orientação sexual, idade, condição familiar, classe social etc. E.19 NPS: Pesquisa de bem-estar com a diversidade.
	Benefícios para trabalhadores	- Salários, práticas trabalhistas, bônus e benefícios extraordinários para além dos requisitos legais.	E.20 \$ pagos em benefícios no último ano. E.21 % do degrau salarial E.22 Número de benefícios não financeiros oferecidos (plano de saúde, assinatura de academia, descontos em livrarias etc.)
GOVERNANÇA (G)	Ética nos negócios	- Manual de Ética: práticas de letramento e controle da conduta ética.	E.23 Número de queixas no canal de ética. E.24 Número de procedimentos administrativos de conduta internos.
	Gestão de requisitos legais	- Levantamento e gestão de requisitos legais.	E.25 Periodicidade de revisão de requisitos legais. E.26 Número de processos administrativos e judiciais.
	Modelo de Gestão Corporativa.	- Estratégia corporativa	E.27 Indicadores associados à atividade-fim e seu impacto.
	Transparência e reporte.	- Práticas de governança	E.28 Relatórios de Impacto E.29 Relatórios de auditoria E.30 Grau de transparência
	Relação com as partes interessadas (stakeholders)	- Mapa de partes interessadas	E.31 Pesquisa qualitativa e quantitativa com stakeholders com periodicidade anual.

Fonte: ABNT PR 2030, 2023, com acréscimos da autora, 2024.

Assim, podemos visualizar que a Norma ABNT PR 2030 irá sugerir uma base de macrotemas que podem se ramificar nos indicadores mais apropriados para a atividade, porém, é importante destacar que a partir de uma base universal será mais eficiente o levantamento dos indicadores em uma metodologia que possam ser utilizados com um grau de padronização que permita a comparabilidade e a compreensão universal.

Desenvolver e implementar indicadores-chave de desempenho (KPIs) para medir o progresso da empresa em relação às suas metas ESG e às metas da Agenda 2030 da ONU.

5.4 Matriz de Materialidade

O passo 3 irá consistir na Matriz de Materialidade, ou a dupla materialidade como pode ser também chamada, ou seja, o uma representação gráfica de todos os riscos ESG levantados com a sua priorização a partir da avaliação das partes interessadas ou *stakeholders*.

Que por sua vez, possui o seguinte fluxo metodológico, conforme sugestão a seguir:

- 1) Lista com os temas materiais mapeados: os impactos levantados na fase anterior.
- 2) Escuta de partes interessadas: pesquisa em profundidade para conhecer a avaliação das múltiplas partes interessadas acerca da importância, ou significância dos impactos, especialmente para a gestão em confronto com as demais partes interessadas.

Sendo sugerida a metodologia do NPS por analogia, que consiste em *Net Promoter Score*, que consiste em uma métrica de fidelidade do cliente criada por Fred Reichheld em 2003, em um artigo chamado *The One Number You Need to Grow* na revista da Universidade Harvard (WIKIPEDIA, 2017).

A metodologia consiste na avaliação de 0 a 10 de cada um dos temas, pela gestão e pelos representantes das partes interessadas, formando assim, uma matriz de dupla materialidade, conforme vemos a seguir.

- 3) Matriz de dupla materialidade: consiste na representação gráfica do estudo de priorização dos impactos por significância, serão estes temas posicionados no quadrante superior que devem ser obrigatoriamente mensurados e repostados.

Na figura abaixo é possível vislumbrar como se traduz na prática a avaliação dos riscos mais significativos para a gestão e para as partes interessadas.

Figura 34: Gráfico Matriz de Dupla Materialidade



Fonte: Autora, 2024.

O resultado esperado é o Mapeamento de Riscos e Oportunidades ESG: identificando os riscos ambientais, sociais e de governança que afetam a organização, tanto interna como externamente, e desenvolver um plano, com metas e objetivos para mitigá-los.

Um tema central para a compreensão das metodologias de mensuração ESG é o da materialidade, que consiste na análise detalhada dos riscos mais relevantes para a atividade, a Norma ABNT PR 2030, conceituou a materialidade da forma como vemos a seguir transcrita.

3.20 | materialidade (no contexto ESG)

pertinência de um tópico determinada pela relevância do seu impacto econômico, ambiental, social, positivo ou negativo, nas avaliações e decisões dos gestores da organização e de suas partes interessadas.

NOTA 1 No contexto da sustentabilidade, materialidade é a base para a empresa identificar as agendas prioritárias para sua atuação, investimentos e gestão de externalidades, riscos e oportunidades.

NOTA 2 A materialidade varia de acordo com o contexto, características do negócio e interesses dos públicos com os quais a organização se relaciona.

Fonte: ABNT PR 2030, 2023.

Em seu item 3.2.4, a norma cuidou em conceituar os riscos e as oportunidades, conforme vemos a seguir.

4.3.1 Aspectos ambientais A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimento(s) para a) identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços, dentro do escopo definido de seu sistema de gestão ambiental, que a organização possa controlar e aqueles que ela possa influenciar, levando em consideração os desenvolvimentos novos ou planejados, as atividades, produtos e serviços novos ou modificados, e b) determinar os aspectos que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente (isto é, aspectos ambientais significativos).

Muito embora não exista uma abordagem única para se identificar aspectos ambientais, a abordagem poderia, por exemplo, considerar:

a) emissões atmosféricas, b) lançamentos em corpos d'água, c) lançamentos no solo, d) uso de matérias-primas e recursos naturais, e) uso da energia, f) energia emitida, por exemplo, calor, radiação, vibração, g) resíduos e subprodutos, e h) atributos físicos, por exemplo, tamanho, forma, cor, aparência.

Adicionalmente aos aspectos ambientais que pode controlar diretamente, recomenda-se que a organização também considere aspectos que possa influenciar, como, por exemplo, aqueles associados a bens e serviços por ela utilizados e produtos e serviços que ela forneça. Algumas diretrizes para avaliar controle e influência são fornecidas abaixo. Porém, em todas as circunstâncias, é a organização que determina o grau de controle, bem como os aspectos que ela possa influenciar. Recomenda-se que sejam considerados aspectos associados às atividades, produtos e serviços da organização, tais como - projeto e desenvolvimento, - processos de fabricação, - embalagem e transporte, - desempenho ambiental e práticas de prestadores de serviços e fornecedores, - gerenciamento de resíduo, - extração e distribuição de matérias-primas e recursos naturais, - distribuição, uso e fim de vida de produtos, e - vida selvagem e biodiversidade.

Uma vez que uma organização pode ter muitos aspectos ambientais e impactos associados, é recomendado que ela estabeleça critérios e um método para determinar aqueles impactos que serão considerados significativos. Não há um método único para que os aspectos ambientais significativos sejam determinados. Contudo, recomenda-se que o método utilizado forneça resultados coerentes e inclua o estabelecimento e a aplicação dos critérios de avaliação, tais como aqueles relativos às questões ambientais, questões legais e às preocupações das partes interessadas internas e externas.

I) registros de aspectos ambientais significativos,

A materialidade ou o levantamento dos temas materiais, irá corresponder à priorização dos impactos mais relevantes para a atividade, serão considerados como principais riscos, devendo ser mitigados e geridos de formas contínua com a divulgação da gestão dos riscos ESG para as partes interessadas (*stakeholders*).

Na prática o levantamento da materialidade vai iniciar necessariamente pela análise de impactos a partir do diagnóstico socioambiental, o que pode ser encontrado em inúmeras fontes e metodologias, sendo uníssona a metodologia apontada pela ABNT PR 2030, qual seja, a ISO 14.001, que vai direcionar para o levantamento dos aspectos ambientais associados à atividade.

Por sua vez, o Global Reporting Initiative, em sua norma GRI 3, trata do levantamento

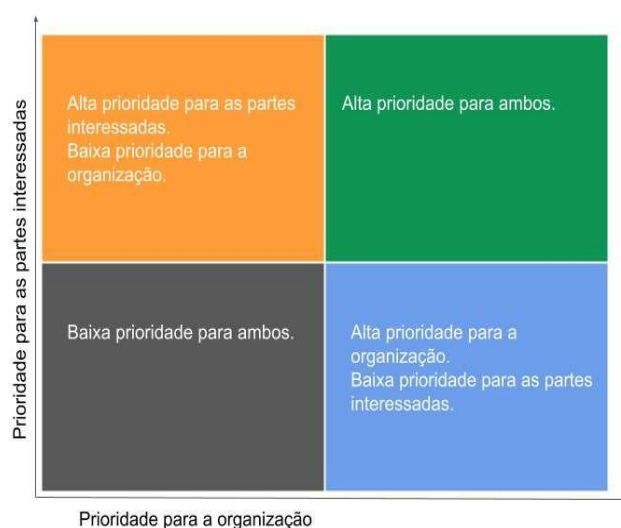
dos temas materiais sugerindo a metodologia indicada na Figura 16: Fluxograma da análise de materialidade, que possui as seguintes etapas: 1) Compreenda o contexto da organização, 2) Identifique impactos reais e potenciais, 3) Avalie a importância dos impactos e 4) Priorize os temas mais significativos.

O SASB trabalha sugerindo temas materiais com base nas experiências das empresas e através da construção destes padrões por especialistas do mundo todo, é uma poderosa ferramenta para levantar o mapa da materialidade por setor.

Conforme vimos, a materialidade consiste em um mapeamento dos principais impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, associados à companhia, e são os temas mais significativos em relação à riscos.

A visão da materialidade, que passa a abordar o conceito de priorização e riscos. Assim, recomenda-se que seja utilizada a análise da dupla materialidade dentro das duas perspectivas de impactos que as atividades da organização geram sobre as pessoas, a economia, a sociedade e o meio ambiente (materialidade de impacto) ou impactos relacionados aos riscos e oportunidades que esses agentes podem gerar sobre a organização, afetando sua capacidade de gerar valor (materialidade financeira) (ABNT PR 2030).

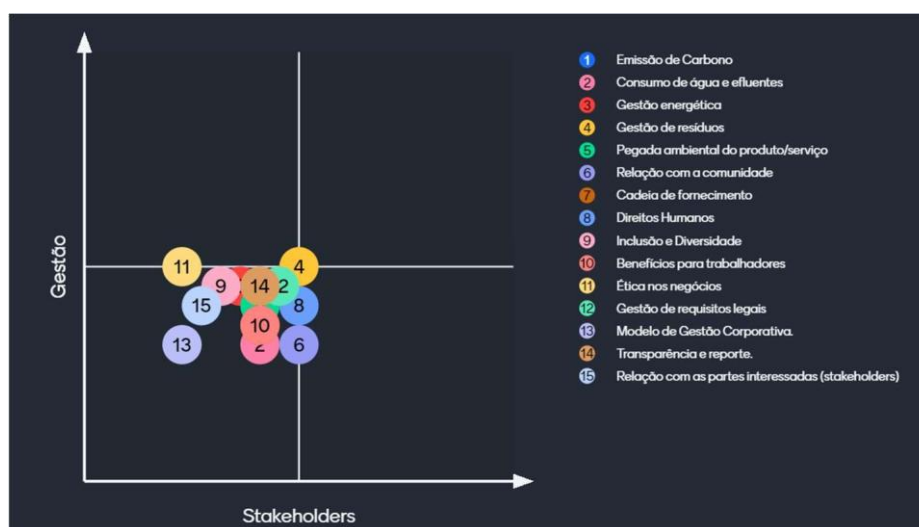
Figura 35: Matriz de Priorização de Temas ESG



Fonte: ABNT PR 2030, 2023, adaptações da Autora, 2024.

Considerando a lógica matricial demonstrada na figura anterior, podemos considerar que, os temas materiais após o levantamento e mapeamento, precisam ser priorizados de acordo com a sua relevância para os principais stakeholders, sendo a praxe o uso da priorização na forma como demonstramos na figura a seguir, onde após um processo de escuta, é possível determinar quais são os temas que irão representar os riscos e as oportunidades mais significativas.

Figura 36: Matriz de Dupla Materialidade



Fonte: Autora, 2021.

O que na prática, irá economizar esforços da companhia, que poderá focar naquilo que é material para a sua atividade e *stakeholders*, gerando confiabilidade participação e economicidade nos processos de monitoramento e alcance dos objetivos socioambientais.

Quadro 14: Indicadores KPI + ESG + ODS

	Principais Impactos	Métricas	Indicadores	ODS	Responsável
ATIVIDADE-FIM	Extração de matéria-prima	Quantidade	Quilos de madeira p/ mês	ODS 15	Alta direção
	Emissão de Carbono	tCO ²	Emissão por ano	ODS 13	
	Consumo de Energia	KWatts	Consumo anual	ODS 07	
	Consumo de Água	M ³	Consumo anual	ODS 06	
PRÁTICAS INTERNAS	Práticas trabalhistas	Número de benefícios	Renda per capita na empresa	ODS 08	Gestão e lideranças.
	Diversidade e Inclusão	Número de pessoas PCD, LGBTQIAPN+, etc.	Dados demográficos	ODS 10	
	Direitos Humanos	Número de auditorias.	Relatórios de não-conformidade.	ODS 16	
	Compliance Legal	Número de leis e seus requisitos.	Cumprimento dos requisitos legais em um checklist qualitativo.	ODS 12	
O QUE APOIAMOS?	Campanhas de voluntariado.	Horas de voluntariado.	Horas de voluntariado e causas apoiadas.	ODS 01	Colaboradores
	Investimentos em projetos da comunidade local.	Valores investidos.	Investimentos realizados x benefícios	ODS 11	

Os resultados pretendidos são como as metas, eles descrevem onde queremos chegar. A métrica é como medimos e o indicador é uma métrica que consegue nos dar informações importantes sobre nosso desempenho. Não é só um número, mas algo que nos ajuda a interpretar aquele número, nos ajuda a enxergar as correlações.

Quadro 15: Quadro exemplificativo do preenchimento da ferramenta de planejamento das ações ESG

	META	CURTO	MÉDIO	LONGO PRAZO
ATIVIDADE-FIM	Redução do consumo de insumos para a fabricação de cada produto em 15% em até um ano. Aumentar o grau de maturidade ESG.	Analisar os resíduos e as matérias-primas desperdiçadas e buscar por correções. Analisar o desempenho ESG	Realizar pesquisa sobre e eficiência dos materiais e buscar soluções mais eficientes. Investir em desenvolvimento de práticas e ações ESG.	Desenvolver novas formas produtivas visando o reaproveitamento e o melhor uso das matérias-primas. Realizar novo monitoramento do grau de maturidade ESG.
PRÁTICAS INTERNAS	Desenvolver um programa de cargos e salários em até um ano. Aumentar a diversidade em pelo menos 10% em até um ano. Auditorias periódicas em fornecedores críticos. Contratação de equipe para a gestão contínua dos requisitos legais.	Reunir os colaboradores para escuta. Mapeamento das melhores práticas em diversidade e inclusão. Análise de fornecedores críticos. Levantamento dos requisitos legais.	Formação de comissão para estabelecer os critérios. Abertura de novas vagas afirmativas. Comunicação das práticas e exigências. Verificação e implementação dos preceitos legislativos	Aprovação do novo plano de cargos e salários e seus novos benefícios. Realização do estudo demográfico atualizado. Monitoramento contínuo com auditorias anuais. Contratação de consultoria especializada para gerir os requisitos legais.
O QUE APOIAMOS?	Campanhas de voluntariado. Investimentos em projetos da comunidade local.	Divulgar os dados existentes. Mapeamento do que já foi realizado.	Estabelecer comissão de voluntariado. Mapeamento das principais necessidades da comunidade.	Constituir um programa formal de voluntariado. Investimentos contínuo e estruturados.

Fonte: Autora, 2023.

Assim, teríamos como resultado, a seleção dos principais e mais significativos impactos, quais as métricas associadas e os indicadores que necessitam ser monitorados, bem como as metas e os ODS Prioritários, que conforme a exemplificação acima seriam: i) Atividade-fim: ODS 15, ODS 13, ODS 07 e ODS 06, ii) Práticas internas: ODS 08, ODS 10, ODS 16 e ODS 12, e iii) O que apoiamos: ODS 1 e ODS 11.

Finalmente, podemos considerar que esta metodologia atende aos requisitos normativos e de uma modelagem prática, sendo o bastante para a fase de testes e aplicação prática através de oficinas, onde o principal objetivo é proporcionar o mapeamento e o estabelecimento dos elementos que formam uma efetiva Gestão ESG.

5.5 Ferramentas práticas

5.5.1 Levantamento de Aspectos e Impactos

Descreva aqui os principais aspectos da sua atividade, busque desenhar o ciclo de vida e o mapa de partes interessadas para definir os principais aspectos e impactos.

Quadro 16: Aspectos x Impactos

	Aspectos	Impactos
ATIVIDADE-FIM		
PRÁTICAS INTERNAS		
O QUE APOIAMOS?		

Fonte: Autora, 2024.

Em seguida, relacione os impactos e avalie o grau de risco, posicione os objetivos em relação à este risco, especialmente os mais severos.

Quadro 17: Riscos e Objetivos

ATIVIDADE	ASPECTO	IMPACTO	RISCO	OBJETIVOS

Fonte: Autora, 2024.

Compreenda as suas partes interessadas, fazendo um mapa de todas as pessoas, instituições e elementos (como a matéria-prima), que influenciam ou são direta ou indiretamente interessados nas atividades da empresa e suas transformações do mundo natural.

Quadro 18: Mapa de Partes Interessadas

PARTES INTERESSADAS			
DIRETAS		INDIRETAS	
EXPECTATIVAS E NECESSIDADES		EXPECTATIVAS E NECESSIDADES	

Fonte: Autora, 2024.

Agora, com a compreensão dos aspectos, das expectativas e necessidades das partes interessadas, é o momento de entender que métricas são capazes de mensurar aquele impacto e quais os indicadores poderão ser capazes de demonstrar as tendências deste indicador. Recomendamos atribuir um responsável pelo monitoramento e reporte do indicador.

Quadro 19: Definindo Indicadores

	Principais Impactos	Métricas	Indicadores	Responsável
ATIVIDADE-FIM				
PRÁTICAS INTERNAS				
O QUE APOIAMOS?				

Fonte: Autora, 2024.

Agora que já estabelecemos as métricas e os indicadores, vamos estabelecer metas e medidas em curto, médio e longo prazo, na prática um plano para alcançar os objetivos ESG.

Quadro 20: Metas

	META	CURTO	MÉDIO	LONGO PRAZO
ATIVIDADE-FIM				
PRÁTICAS INTERNAS				
O QUE APOIAMOS?				

Importante realizar o mapeamento de ODS e como a empresa se posiciona em relação à Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos pelo Desenvolvimento Sustentável, mapeamento essencial para definir o perfil de impacto de um negócio.

Agora selecione os ODS que mais possuem relação com a sua atividade-fim, as suas práticas internas e o que a empresa apoia de forma mais ampla.

Quadro 21: Ferramenta para compreensão dos ODS

Quais são os ODS prioritários para as atividades da iniciativa?					
ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6
ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12
ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	
produtos ou serviços					
políticas internas					
o que apoiamos					

Assim, podemos compilar informações mínimas a uma efetiva gestão ESG, o eixo, o tema, os indicadores, os ODS e as metas, é o que chamamos de metodologia ESG + KPI + ODS.

EIXO	TEMA ESG	INDICADORES (KPI)	ODS	META
AMBIENTAL (E)				
SOCIAL (S)				
GOVERNANÇA (G)				

Este kit de ferramentas irá auxiliar a aplicação na prática das metodologias ESG, a partir deste ponto, conhecer o *framework* (ABNT, SASB, GRI etc.) irá ser o mais apropriado para o contexto e as necessidades da iniciativa.

7. Referências

ABNT. **ABNT PR 2030**: Ambiental, social e governança (ESG). Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ADLER, Renata. The Price of Peace Is Confusion. **The New Yorker**, New York, 4 dez. 1965. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/1965/12/11/the-price-of-peace-is-confusion>. Acesso em: 6 ago. 2024.

B3. 2024. B3 para Você. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/para-voce. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Ditadura militar: versão final**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar_-versao-final.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

DOMINI, Amy. **Thoughts on People, Planet & Profit**. New York: Bloomberg Press, 2021.

ECCLES, Robert G.; STROEHLE, Judith. **Exploring Social Origins in the Construction of ESG Measures**. [S. l.]: SSRN, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3212685> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3212685>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ECONOMIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.: Wikimedia Foundation], 11 ago. 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FERREIRA, Jair. **Anos 70**. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/anos-70.htm>. Acesso em 25 de jul. de 2024.

FORNASIER, Matheus de Oliveira; FERREIRA, Luciano Vaz; TONDO, Ana Lara. A experiência histórica dos princípios Sullivan e a sua importância para o desenvolvimento da autorregulação da conduta empresarial conforme os direitos humanos. **Revista Argumentum**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 1133-1150, 2020.

GOOGLE TRENDS. 2024. **Pesquisa por termo ESG Brasil 2004** – presente. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=ESG&hl=pt>. Acesso em 03 de out. de 2024.

ISE. 2024. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/36/65/97/55/50ED0810C493CD08AC094EA8/ISE%20B3%202022%20-%20Site.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

ABNT. **NBR ISO 14001**: Sistemas da Gestão Ambiental: requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro. ABNT, 2015.

KINDER, Peter D.; LYDENBERG, Steven D.; DOMINI, Amy L. (ed.). **The Social Investment Almanac**. New York: Henry Holt, 1992.

LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Volume 1. Origins**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MANDELA, Nelson. **Long Walk to Freedom**. [S.l.]: Little, Brown and Company, 2008. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/gp/product/B08DQWHGY1>. Acesso em: 20 out. 2024.

PETRIN, Natália. Apartheid. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/apartheid>. Acesso em: 26 de out. 2024.
PRI. 2024. Disponível em: <https://www.unpri.org/>. Acesso em: 14 de out. 2024.
UNEP FI. 2005. Who Cares Wins. Disponível em: [https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004](https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf).pdf acesso em 26 de jul. 2024.

UNITED METHODIST CHURCH. **On this day: South Africans at United Methodist Building during national U.S. anti-apartheid tour, 1937**. Disponível em: <https://www.umcjustice.org/articles/on-this-day-south-africans-at-united-methodist-building-during-national-u-s-anti-apartheid-tour-1937>. Acesso em: 20 out. 2024.